



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

| | | | |
|--|----------------------------|--------------------------|--------------------|
| COMISSÃO ESPECIAL - PEC 287/16 - REFORMA DA PREVIDÊNCIA | | | |
| EVENTO: Reunião Ordinária | REUNIÃO Nº: 0043/17 | DATA: 22/02/2017 | |
| LOCAL: Plenário 2 das Comissões | INÍCIO: 10h10min | TÉRMINO: 13h17min | PÁGINAS: 80 |

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Debate sobre o plano de trabalho.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções ininteligíveis.
Houve intervenções inaudíveis.
Há palavra ou expressão ininteligível.
Há orador não identificado em breve intervenção.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Bom dia a todos e a todas!

Havendo número regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, declaro abertos os nossos trabalhos.

Amigos, eu vou fazer uma proposta: considerando que os requerimentos constantes da pauta foram objeto de diálogo ontem, eu proponho a aprovação em bloco de todos eles, porque nós podemos, a qualquer momento, ser surpreendidos pelo início da Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, esses requerimentos a que V.Exa. se refere compõem o conjunto de requerimentos apresentados ou são aqueles de ontem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não, são aqueles de ontem.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, então, eu peço-lhe uma gentileza, porque nem todos tiveram acesso, para que eventualmente troquemos ou acrescentemos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Isso aqui não foi distribuído? *(Pausa.)* Está bem. Então, vamos fazer uma leitura.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - São esses os que foram distribuídos agora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Sim.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, este aqui é o plano de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não. Por favor, distribuam a pauta.

São os seguintes os requerimentos de convite: Requerimento nº 73/2017, do Sr. Paulo Pereira da Silva; Requerimento nº 82/2017, do Sr. Arlindo Chinaglia; Requerimento nº 83/2017, do Sr. Arlindo Chinaglia; Requerimento nº 84/2017, do Sr. Arlindo Chinaglia; Requerimento nº 85/2017, do Sr. Pepe Vargas; Requerimento nº 86/2017, do Sr. Edmilson Rodrigues; Requerimento nº 88/2017, do Sr. Ivan Valente; Requerimento nº 89/2017, da Sra. Luizianne Lins; Requerimento nº 94/2017, do Sr. Arnaldo Faria de Sá; Requerimento nº 96/2017, do Sr. Reginaldo Lopes; Requerimento nº 99/2017, do Sr. Arnaldo Faria de Sá; Requerimento nº 103/2017, do Sr. Arnaldo Faria de Sá; Requerimento nº 111/2017, do Sr. Arnaldo Faria de Sá;



Requerimento nº 114/2017, do Sr. Pepe Vargas; Requerimento nº 116/2017, do Sr. Pepe Vargas; Requerimento nº 117/2017, do Sr. Arnaldo Faria de Sá; Requerimento nº 122/2017, do Sr. Reginaldo Lopes; Requerimento nº 123/2017, do Sr. Eduardo Barbosa; Requerimento nº 129/2017, do Sr. André Figueiredo; Requerimento nº 130/2017, do Sr. Arthur Oliveira Maia.

São esses requerimentos que foram pautados ontem, a partir de um diálogo estabelecido. Muitos ainda estavam presentes, alguns não mais. Em função desse diálogo, nós pautamos esses requerimentos para que nós pudéssemos...

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, desculpe-me, mas farei apenas uma pergunta: havia alguns requerimentos extrapauta, num primeiro momento, e depois deixaram de ser extrapauta porque foram apresentados, como o que trata do seminário regional. Esses aí vão ser pautados quando?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Nós vamos discutir o plano de trabalho agora, a forma de trabalho, e daí nós vamos avaliar. Esses são requerimentos de convite, até para que eventualmente possam ser convidados...

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Quanto a esses aqui, acho que não há problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Estão incluídos aos requerimentos de convite mais dois requerimentos. Um requerimento é para realização do seminário internacional; o segundo é um requerimento de informações, solicitado pelo Sr. Pepe Vargas, que também incluímos na pauta, em conformidade com o diálogo ontem estabelecido.

Eu pergunto se há acordo para a aprovação em bloco.

Aqueles que concordam com a aprovação permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Estão aprovados os requerimentos citados.

Vamos, então, para a aprovação da ata.

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados cópias da ata da reunião de 21 de fevereiro de 2017.

Pergunto se há necessidade da leitura da ata.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não é necessária a leitura da ata.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não havendo discordância, fica dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Arlindo Chinaglia.

Indago se algum Deputado deseja retificar a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira retificar a ata, coloco-a em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Vamos, então, nobre Relator e eminentes Deputados, partir para o debate sobre o plano de trabalho. As inscrições estão abertas na mesa da direita.

Passo a palavra ao Relator, para sua exposição.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para um esclarecimento com o Relator. No plano de trabalho, o Relator vai incluir já a próxima audiência da terça-feira após o carnaval?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - A audiência da terça-feira...

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - ... está incluída no plano de trabalho ou já está dada como certa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Está dada como certa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - Então, eu queria apresentar uma questão de ordem preliminar, referente à inclusão, de que nós falamos ontem, de nomes para esta audiência de terça-feira próxima após o carnaval.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Sexta-feira próxima?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Terça-feira próxima.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - Terça-feira próxima.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Deputado José Mentor, essa questão é tão séria para mim que eu, que sou baiano, pela primeira vez, virei trabalhar na Quarta-Feira de Cinzas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - Eu ia propor a terça-feira de carnaval, mas infelizmente eu sou paulista e, em São Paulo, tem muito bloco de carnaval.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - *(Riso.)* Imaginem o Deputado Aleluia, que é um grande folião, conhecido no carnaval da Bahia, que também estará aqui na terça-feira depois do carnaval para trabalhar. Não é isso, Deputado?



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - É bom que V.Exa. diga isso ao vivo. Senão, minha mulher pensa que fui ao baile de Pernambuco.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - *(Risos.)* Eu voltarei a Brasília na quarta-feira, com toda a equipe que trabalha conosco. Nós vamos trabalhar na quinta, na sexta e, possivelmente, no sábado e no domingo, porque há muitas questões a tratar.

Para terem uma ideia, como ilustração da dificuldade que enfrentamos, num trabalho realizado pelo Dr. Magno e pela Dra. Lílian — que estão ali atrás —, eles identificaram que existem hoje no RPPS, o Regime Próprio de Previdência Social, 89 modalidades diferentes de regras de transição. Oitenta e nove! Imaginem: 89! Foram acumuladas em várias reformas realizadas, com exceções aqui e acolá, de aposentadorias especiais e etc.

Então, é necessária realmente uma reflexão profunda sobre esse assunto. Por isso, nós pretendemos manter esse calendário — para mim, pessoalmente —, ficando aqui para trabalhar nesse assunto.

Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - V.Exa. estabeleceu para a próxima terça-feira depois do carnaval a discussão sobre o tema do déficit, que é uma coisa importantíssima, porque, a cada audiência que fazemos, recebemos um caminhão de números e nós somos especialistas nisso. Com certeza, é um dos temas mais importantes do momento.

Então, para estabelecer o contraditório, estamos indicando para esta audiência dois nomes. Ontem, com o Presidente, eu fiz essa ponderação. Um é o constante do Requerimento nº 57, em que convidamos o DIEESE e indicamos o economista Clóvis Scherer, que, lá, é exatamente quem trata dessa questão do déficit da Previdência. E convidamos também o Professor e Economista Eduardo Fanhani, da UNICAMP, que também trata da questão do déficit da Previdência. Então, indicamos esses dois profissionais, para estabelecermos o contraditório.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Eu acho que essa questão pode ser colocada. Eu, pessoalmente, estava visualizando essa audiência de uma forma mais restrita, tendo composições mais claras a respeito do déficit. Eu, pessoalmente, estava imaginando essa audiência com três convidados. A primeira



convidada seria a ANFIP — Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita, que tem a tese de que não há déficit na Previdência; o segundo convidado, naturalmente, seria o Ministério do Planejamento, representado pelo próprio Ministro Dyogo, que viria aqui; e o terceiro convidado seria o TCU, que é, sem sombra de dúvidas, uma entidade isenta de qualquer posição, de um lado ou de outro.

Ontem, por exemplo, os Deputados se posicionaram contra o número excessivo de debatedores que compunham a Mesa, Deputado Pauderney. Eram sete debatedores, e a Deputada Jandira ressaltou que, com 20 minutos para cada um, são 2 horas e meia somente para os debatedores. Isso, realmente, é muito tempo. Eu estava prevendo, para essa questão do déficit, ouvirmos entidades com posições muito objetivas e antagônicas, como a ANFIP e o Ministério do Planejamento, e mais o TCU.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - Sr. Presidente, concede-me a palavra, para que eu fundamente meu entendimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu também quero colocar minha posição.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - Deixe-me fundamentar, primeiro, Presidente, por 30 segundos?

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Pois, não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - V.Exa. está falando do Ministério do Planejamento; da ANFIP, entidade formada por auditores fiscais, e, portanto, funcionários públicos, mas não falou em ouvir a Academia, que, no caso, é a UNICAMP, e a sociedade intersindical, que é o DIEESE.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Veja, a ANFIP, nós sabemos que tem uma posição que não de funcionário público; a ANFIP tem uma posição, todos sabemos...

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - Dos auditores.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - ... totalmente contrária à ideia de que haja déficit na Previdência.

Deixe-o concluir.



O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - Mas é uma entidade dos auditores fiscais.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, com base no art. 256.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Questão de ordem.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - Sr. Presidente, peço que me assegure a palavra, para terminar meu argumento.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Questão de ordem!

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - Só para terminar meu argumento!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, vamos nos organizar! Nós estamos indo bem, com o estrito cumprimento do Regimento.

O Deputado Relator concedeu-lhe um aparte. Conclua o seu aparte e...

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - Estou ponderando.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Estou com a palavra, Sr. Presidente. Deixe-me conduzir os apartes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não, nós temos uma questão de ordem, que, no meu modo de ver, tem precedência.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Questão de ordem com base nos arts. 255 e 256.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Depois do aparte que S.Exa. concedeu.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Depois do aparte, não tem problema. Eu faço a questão de ordem depois do aparte do Deputado José Mentor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - Quero só terminar a ponderação.

É que nós estamos com três convidados que têm posições oficiais. Mesmo os auditores fiscais pertencem a uma entidade de funcionários públicos. Aqui eu estou lhe indicando a Academia, que é a UNICAMP, reconhecida internacionalmente, e o DIEESE, que é uma instituição intersindical, da sociedade civil, para apresentarem opiniões diferentes. Eu acho que o fato de haver 5 pessoas em uma audiência, quando já realizamos audiências com 7 ou 8, não vai atropelar o andamento dos



trabalhos, uma vez que o tema é técnico. Nós estamos querendo convidar dois técnicos.

É isso.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - V.Exa. realmente vai fazer uma questão de ordem? Se V.Exa. não se importar, Deputado Pepe Vargas, se for sobre esse assunto, eu passaria a palavra ao Deputado Pauderney, para um aparte, e, em seguida, a V.Exa., porque o Deputado Pauderney a pediu anteriormente.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Eu acho melhor fazer minha questão de ordem, porque acho que ela pode dirimir esta polêmica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Questão de ordem tem precedência. Por favor, apresente-a. Em que artigo ela está embasada?

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Nos arts. 255 e 256 do Regimento Interno, que tratam das audiências públicas.

Diz o Art. 255:

Art. 255. Cada Comissão poderá realizar reunião de audiência pública com entidade da sociedade civil para instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes à sua área de atuação, mediante proposta de qualquer membro ou a pedido de entidade interessada.

Houve, aqui, várias propostas de realização de audiências públicas que foram aprovadas mediante requerimentos. Nós tivemos audiências públicas que não foram aprovadas por esta Comissão. A primeira foi aprovada, mas a segunda e a terceira audiências não foram aprovadas; foram decisões discricionárias do Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - A partir de requerimentos aprovados.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sim, mas V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - A pauta. O ato de pautar é da minha competência.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Deixe-me fundamentar... Não, senhor. É o que estou colocando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos ver.



O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Ouçam o que diz o art. 256:

Art. 256. Aprovada a reunião de audiência pública, a Comissão selecionará, para serem ouvidas, as autoridades, as pessoas interessadas e os especialistas ligados às entidades participantes, cabendo ao Presidente da Comissão expedir os convites.

Diz ainda o § 1º

Art. 256.

§ 1º Na hipótese de haver defensores e opositores relativamente à matéria objeto de exame, a Comissão procederá de forma que possibilite a audiência das diversas correntes de opinião.

Isso é o que diz o Regimento Interno.

O que significa isso? Em primeiro lugar, a Comissão tem que aprovar as audiências públicas. Nós aprovamos o quê? Sessenta requerimentos? Mais de 60?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Mais até.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Mais de 60 requerimentos. Há que se ter um plano de trabalho para se saber quais delas serão realizadas. Até o presente momento, nós não fizemos isso.

Então, nós estamos, desde a primeira reunião, insistindo em que tem que haver um plano de trabalho pactuado pela Comissão — por unanimidade, por maioria, seja o que for. Acho que nós temos maturidade, condições de construir um plano de trabalho com todas as audiências previamente aprovadas e com a definição dos expositores de comum acordo, como é a tradição da Casa. Acho que a gente tem condição de fazer isso.

E é preciso levar-se em consideração nessas audiências exatamente a questão de que há opiniões conflitantes. Quanto a este tema específico, inclusive, o do déficit — se há déficit ou não há déficit —, não há a menor dúvida de que existem posições conflitantes. Então, a audiência pública precisa necessariamente ter os contrapontos de opiniões conflitantes e também precisa ser aprovada por este Plenário.

É esta questão que eu pondero; é esta a questão de ordem que eu faço.



O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Eu estou com a palavra. Queria que fosse mantida a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Há uma questão de ordem que tem que ser respondida pela Mesa.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Primeiro, o Deputado Pepe não fez uma questão de ordem, mas uma argumentação.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Não, eu fiz!

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - V.Exa. não fez questão de ordem, Deputado Pepe. V.Exa. fez uma argumentação de mérito sobre a discussão.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Deputado Arthur Maia, com todo o respeito... Não, não! Eu estou pedindo que sejam aplicados os arts. 255 e 256 do Regimento Interno!

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - V.Exa. trouxe uma questão de mérito sobre a discussão, Deputado!

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Não, senhor! Não, senhor!

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Isso não é questão de ordem. Isso não é questão de ordem.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - É questão de ordem.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Não é questão de ordem. Perdoe-me, mas não é questão de ordem.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Eu citei e li os artigos do Regimento.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Isso não foi questão de ordem e queria que V.Exa. me garantisse a palavra, para que eu continuasse a dar os apertes que daria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Se V.Exa. quiser considerar isso como aparte, eu entendo, mas isso não é questão de ordem, Deputado. Não é!

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Não é um aparte; é uma questão de ordem!

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Não é uma questão de ordem!

(Tumulto no plenário.)



A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Quem decide se é ou não questão de ordem é a Presidência da Mesa.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O Presidente está com a palavra.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Com base no mesmo artigo, também peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Peço aos Srs. e Sras. Deputadas que mantenham a necessária...

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Minha questão de ordem, Sr. Presidente, é para que sejam aplicados os arts. 255 e 256 do Regimento Interno para as audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Foi recolhida a sua questão. Em tempo adequado, vou respondê-la.

Devolvo a palavra ao Relator, que vai falar sobre o plano de trabalho.

A todo o momento, nós somos cobrados quanto à discussão do plano de trabalho. Quando decidimos discutir o plano de trabalho, como agora, temos que discutir o plano de trabalho, com tranquilidade.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, só uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Devolvo a palavra ao Relator, a fim de que S.Exa. conceda os apartes da forma que entender pertinente.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Meu caro Presidente, questão de ordem diz respeito ao andamento dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu queria propor que não houvesse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Isso é coisa superada.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Se nós estamos aqui debatendo um assunto e alguém argumenta que o encaminhamento do mérito, de como será feito o plano de trabalho, é assim ou é assado, Deputado Pepe Vargas, está no âmbito da discussão de como será feito o plano de trabalho, mas isso, definitivamente, não é questão de ordem.

Eu vou conceder um aparte ao Deputado Pauderney Avelino.



O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Obrigado, Deputado.

Eu agradeço também aos Deputados presentes pela boa condução dos trabalhos e, sobretudo, pela argumentação que tem sido colocada nesta Comissão.

Não sou daqueles que desconhece o papel da Oposição. Reconheço-o perfeitamente, porque fui, durante quase 14 anos, oposição ao Governo do PT e posso dizer que me aprimorei muito nessa tarefa, que exercia com muito gosto.

Esclareço também que, se é intenção dos Deputados da Oposição trazer para o Plenário desta Comissão a questão da votação de plano de trabalho, essa questão está plenamente justificada no art. 100 do Regimento Interno desta Casa, Deputado Pepe Vargas.

Nós não precisamos votar plano de trabalho. Isso já foi objeto de questão de ordem no início dos trabalhos desta Comissão. Portanto, plano de trabalho não é proposição.

Dito isso, eu gostaria, até para o bom encaminhamento dos trabalhos, Sr. Presidente — porque ontem eu vi a quantidade de pessoas na Mesa, as quais vieram falar sobre o tema —, de dizer que acredito que nós ganharíamos muito mais se adotássemos o modelo que está propondo o Relator: um contra, um a favor e outro neutro, para que nós possamos ter celeridade e agilidade no debate.

Eu entendo que essa é uma questão acerca da qual...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eles não querem debater.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO -... a nenhum brasileiro caberá ficar sem conhecimento, pois este tema é extremamente importante para a vida de cada um de nós.

Então, a verdade deverá ser, sim, exposta. Nós precisamos trazer expositores e debater esta questão à exaustão, mas, se tivermos aqui cinco, seis, sete expositores em uma única reunião, tenho certeza de que eles apenas irão falar aquilo que lhes convier e, e ficaremos sem a devida condição de fazer o debate.

Portanto, sugiro que em cada reunião de audiência pública tenhamos, no máximo, três expositores, para que ganhem tempo e qualidade tanto com a exposição quanto com o debate.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Muito obrigado, Deputado Pauderney Avelino. Vamos passar agora para os apartes.



O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - V.Exa. é o próximo inscrito, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Obrigado.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Estão inscritos para os apartes os Deputados Alessandro Molon, Arlindo Chinaglia, Edmilson Rodrigues, Ivan Valente, Evandro Gussi e José Carlos Aleluia.

Tem a palavra o Deputado Alessandro Molon.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Obrigado, Relator.

Eu queria me dirigir a V.Exa., que é Relator da Comissão. Como estamos entrando nesse assunto de plano de trabalho — já que foi lembrado o Regimento Interno pelo Deputado Pepe Vargas —, devo dizer que essa figura não existe no Regimento Interno, Sr. Relator. Isso é ficção! O que existe é audiência pública aprovada.

A audiência pública de hoje à tarde, por exemplo, não foi aprovada, ela só será realizada se houver a boa vontade da Comissão, porque ela é antirregimental. Se uma pessoa levantar que ela não pode ocorrer, ela não vai ocorrer, ela não foi aprovada!

Não é função do Presidente escolher as pessoas quem vão vir, chamá-las e montar a audiência do jeito que quiser. Isso é antirregimental!

Foi muito boa esta reunião, por isso que nós a solicitamos há tanto tempo. Vamos dar um freio de arrumação, pactuar cada audiência pública, o nosso trabalho pode ser muito mais produtivo. Por exemplo, o tema do Benefício de Prestação Continuada — BPC. Honestamente, Sr. Presidente, independente da minha contrariedade a essa reforma, parece-me merecer uma Mesa autônoma.

É razoável retirar o piso do salário mínimo? Esse é um tema e está proposto na reforma e, por isso, tem que ser debatido autonomamente. Não adianta colocar BPC, pensão por morte, etc., coisas complexas. Vamos fazer Mesas temáticas. BPC. Pensão por morte é outro tema. Aposentadorias especiais. Periculosidade, que a reforma elimina. É o caso? Não é? Vamos debater sobre a periculosidade. Risco à saúde. A questão da efetividade do risco à saúde, efetivo prejuízo à saúde. Como que vai ser? É preciso a pessoa ficar doente para poder direito à aposentadoria ou



não? O que é isso? São temas separados. E é isso que devemos decidir hoje. Quais temas são esses, pactuar audiências públicas.

Termino, sobre esse tema não existe neutralidade, Sr. Presidente. Ontem isso ficou claro, porque um técnico de um órgão público não se sentiu confortável — vamos falar a verdade —, para responder a determinadas perguntas, porque ele não podia dizer...

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Onde isso?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Ontem.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Ave Maria!

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Foi. V.Exa. perdeu essa cena. Aliás, felizmente, até porque eu fiquei nervoso.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Tivemos percepções diferentes.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Até fiquei feliz por V.Exa. não ter estado aqui, porque eu fiquei muito exaltado. O técnico não podia responder se afetava os mais pobres ou os mais ricos. Ele desconversava, está nas notas taquigráficas. Um técnico que supostamente — assim termino — seria isento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu vou fazer uma interrupção, porque estou convivendo com um caso...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Um momento! Um momento, porque eu quero utilizar a palavra.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu estou observando um caso de deslealdade regimental.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Deslealdade?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Nós temos aqui uma lista de inscritos para o debate sobre o plano de trabalho.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Certo.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Ninguém está me deixando ler o plano. Meu plano está aqui para eu ler.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não existe essa lista de aparte. Faça o seu...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - V.Exa. então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu não estou acusando-o de ser desleal, estou dizendo deslealdade... Eu estou sendo desleal por não estar concedendo aos inscritos a oportunidade de falar.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Então vamos seguir a ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos retornar à lista de inscritos.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Ninguém aqui está sendo desleal! Nós aqui não, Presidente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos retornar à lista de inscritos.

Eu vou passar a palavra — peço que não concedam aparte — aos Deputados que estão inscritos.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Presidente, eu levantei uma questão preliminar. Não, não, Presidente... Relator...

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Pela lista... Pela lista... Deputado, eu vou chegar à sua observação. V.Exa. fez uma ponderação...

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Uma observação preliminar.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - V.Exa. fez uma ponderação sobre a reunião de terça-feira. Eu vou ler o meu plano de trabalho e definiremos se faremos ou não a reunião de terça-feira. É mais prático assim. Há uma relação grande de pessoas...

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Mas, Sr. Relator, me perdoe.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Eu fiz uma pergunta primeiro.



O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - E a questão de ordem que eu fiz, Presidente?

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - A pergunta que eu fiz primeiro foi a seguinte: a reunião de terça-feira está incluída no plano de trabalho ou não?

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Está incluída.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Mas o Presidente disse que não. Aí eu disse: *“Então, vamos preliminarmente...”*

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Está incluída no meu plano de trabalho.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Então, tudo bem. Se estiver incluída, eu aguardo.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Vou ler o plano de trabalho. A partir daí, cada um faz as suas ponderações sobre o plano de trabalho.

Existem aqui esses pedidos de aparte. Só o Deputado Molon falou, mas estavam inscritos os Deputados Arlindo Chinaglia, Edmilson Rodrigues, Ivan Valente, Evandro Gussi, José Carlos Aleluia e Jandira Feghali. Eu penso que devemos mudar esse procedimento. Vou ler o plano de trabalho — todos estão inscritos — e depois vamos debate-lo. É mais produtivo isso do que fazermos a leitura sem conhecermos o meu plano de trabalho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Além da leitura...

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Eu pedi para ser distribuído.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Mas eu ainda não recebi.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Está sendo distribuída a proposta do plano de trabalho.

A nossa posição em relação ao plano de trabalho. A primeira audiência, que já aconteceu, foi a apresentação da PEC. Esteve presente o Dr. Marcelo Caetano. A segunda audiência pública tratou do tema relacionado ao Regime de Previdência dos Servidores Públicos, o Regime Próprio de Previdência Social e teve a presença de convidados. A terceira audiência pública, que foi justamente a de ontem, tratou de temas relacionados ao Regime Geral de Previdência Social.

Os subtemas colocados foram os seguintes: *Alteração do Número Mínimo de Contribuições; Informalidade e Incentivo à Contribuição; Fixação de Idade Mínima;*



Alteração de Fórmula de Cálculos de Aposentadorias e Regras de Transição. Convidados a definir. Foram chamados aqueles convidados justamente por não termos avançado.

A nossa proposta, a partir da próxima audiência pública, quer dizer, depois desta audiência pública de hoje, que trata do BPC, é: aposentadoria por incapacidade; aposentadoria das pessoas com deficiência; e Benefícios de Prestação Continuada. Os subtemas são: *Aposentadoria da Pessoa com Deficiência no RGPS; Aposentadoria da Pessoa com Deficiência no Regime Próprio de Previdência Social; Mudança de Critérios do BPC — Aumento da Idade Mínima, Desvinculação do Salário Mínimo e Critérios de Definição da Renda per Capita.*

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Eu vou ser chato, mas eu não recebi cópia!

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Por favor, providenciem uma cópia para o Deputado Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - É difícil. Minha mente não é brilhante.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Falta mais alguém receber? Falta o Deputado Major Olimpio. O Deputado Mauro já recebeu? O Deputado Onofre também não recebeu.

Essa é a audiência que pretendemos fazer hoje à tarde. Haverá ainda a quinta audiência pública, que, na minha ideia, será retomada a partir de terça-feira.

Não vejo motivo para não termos audiência pública a partir de terça-feira que vem. Na outra, naturalmente — Hoje é quinta-feira —, porque terça-feira que vem é carnaval. A audiência seria no dia 7. Ainda faltam 12 dias. Logo, não há motivo para não termos essa audiência pública.

Essa audiência pública tratará do equilíbrio financeiro e atuarial da previdência, com os seguintes temas: *Orçamento da Seguridade Social; Fontes de Arrecadação e Renúncias; Mudanças Demográficas; Envelhecimento e Redução da Taxa de Fecundidade; Situação do Mercado de Trabalho.*

Quero destacar que entendo como fundamental, mais do que qualquer outra personalidade, a presença do Tribunal de Contas da União nessa audiência pública. Tanto é assim que ela estava prevista para ser a segunda desse nosso roteiro, e, a



pedido do Dr. Carreiro, o Presidente do Tribunal de Contas da União, que me informou que o Tribunal estava concluindo um trabalho sobre a Previdência Social, nós mudados a data para que pudéssemos ter acesso a esse trabalho.

Penso que pelo menos um dos participantes tem que ser do Tribunal de Contas da União.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, pela oportunidade, e referente ao Tribunal de Contas da União, posso fazer uma pergunta ao Relator?

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Deputado Arlindo Chinaglia, eu gostaria de concluir a leitura do meu plano.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sem problemas, é pela oportunidade.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Se é tão importante assim, eu acredito no bom senso de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Creio que vai auxiliá-lo.

A meu ver — seria bom V.Exa. pesquisar —, o Tribunal de Contas da União não tem ainda uma opinião a respeito do tema. Se não a tem, o convidado que vier pode, no máximo, dar uma opinião pessoal. Seria bom V.Exa. conferir isso.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Veja bem, V.Exa. está me dando uma informação que diverge daquela que chegou do Presidente do Tribunal de Contas da União.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Há acórdão?

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Ele me informou que havia um estudo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Há acórdão?

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Não sei, Deputado. Estou lhe falando da informação que recebi.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Então, não há acórdão? Vamos verificar!

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Acredito que não. Estou dizendo apenas que o Presidente do Tribunal de Contas da União, o Ministro



Carreiro, ligou e me disse que o Tribunal estava em vias de concluir um estudo sobre a Previdência Social.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ainda não há manifestação de um Relator?

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Ele não pôde comparecer aqui na semana retrasada pela inconclusão desse parecer, o que aconteceria nesta semana. Apenas isso.

Outros temas propostos: *Fortalecimento da Arrecadação para a Seguridade Social* — é a questão do endurecimento das penas; *Imunidade das Entidades Benéficas e de Assistência Social*; *Desonerações da Folha de Trabalho*; *SIMPLES Nacional e MEI*; *Cobrança da Dívida*. Esses são os outros temas.

A outra audiência pública terá os seguintes temas: *Aposentadoria com Critérios Diferenciados*, são as chamadas aposentadorias especiais; *Condições dos Profissionais em Atividade de Risco*. Acho fundamental incluir a discussão sobre atividade de risco porque ela não consta na PEC.

Acho isso prudente em função das várias reivindicações. Aqui eu destaco o papel do Deputado Major Olimpio, que é militar e está sempre me cobrando a discussão desse tema a respeito do risco. Há a possibilidade de isso ser incluído na PEC. Esse é um dos assuntos que trataremos aqui.

Outro tema: *Condições dos Profissionais em Atividade Prejudicial à Saúde*. Isso já não é mais risco, mas aqui estamos falando de insalubridade e periculosidade, condição dos professores e outros que têm aposentadoria atualmente, que, pela PEC, estariam sofrendo uma transformação.

A oitava audiência pública diz respeito ao trabalhador rural e ao Regime Geral de Previdência Social. Subtemas: *Unificação dos Critérios e Concessão de Aposentadoria para População Urbana e Rural*; *Regras de Transição*; *Formas de Contribuição*. Obviamente, esses subtemas podem ser acrescentados, modificados, sem problema.

A nona audiência pública — quero aqui fazer justiça — foi uma sugestão trazida pela Deputada Jandira Feghali e pelo Deputado Ivan Valente, que, oportunamente, contribuíram com este Relator sugerindo a inclusão da discussão da



condição da mulher. Eu realmente me convenci de que isso é muito importante, e foi até uma falha nossa não haver percebido isso antes.

Traremos esse debate com os temas: *Equiparação de Idade de Aposentadoria para Homens e Mulheres no RGPS e no Regime de Previdência no Âmbito Rural; Pensão como Benefício Tipicamente Feminino e Alterações em seus Regramentos* — é tipicamente feminino, porque assim apontam as estatísticas; a grande maioria ou a quase totalidade das pensões são destinadas a mulheres e não a homens; *A Condição da Mulher e o Benefício de Proteção Continuada*. Convidados a definir.

Por fim, a décima audiência pública, na verdade, constitui-se em um seminário internacional em que pretendemos fazer uma avaliação de direito comparado com outros países, que possam, naturalmente, trazer aqui a sua contribuição e a exposição das condições de seu respectivo país.

Quero, antes de iniciar a discussão, dizer que sei que existe entre mim e alguns dos membros desta Comissão uma divergência no que diz respeito à concepção do plano de trabalho. Eu entendo que, realizadas as dez audiências públicas, o Relator estará apto para oferecer seu parecer.

Perdão. Não gosto de injustiças. Citei o Major Olimpio e me esqueci do Capitão Augusto, que também tratou da questão do risco, da mesma forma que a Deputada Feghali e o Deputado Valente falaram da mulher.

É importante dizer que, na minha concepção, o debate tem duas etapas claras e definidas no âmbito desta Comissão. Num primeiro momento, em que faremos as audiências públicas, ouviremos a sociedade civil, ouviremos a opinião da academia, do Governo e de todos aqueles que estão envolvidos com esta reforma. E penso que o tempo de dez sessões é suficiente para ouvirmos aqueles que estão envolvidos. Há aqueles, entretanto, que querem estender esse prazo. Entendo que não.

Haverá um segundo momento que, a meu ver, é o momento até mais nobre das negociações e depois da apresentação do nosso parecer teremos uma primeira discussão. Obviamente, essa primeira discussão ensejará debates aqui neste plenário e outras reuniões informais entre os Deputados. Para aperfeiçoarmos o texto, muitas vezes teremos que ouvir o Governo, teremos que ir e voltar, etc. e fazer



contas para poder avançar na elaboração do texto. Aí teremos a primeira votação. Depois dessa primeira votação, teremos o interstício regimental da votação. Em seguida, teremos a segunda discussão, em que nós, mais uma vez, nos debruçaremos sobre o tema com esse sentimento de fazer as modificações, mas ouvindo, ainda que fora da Comissão, em reuniões que nós realizaremos — os Deputados, as entidades, etc. — para avançarmos para o segundo texto e a votação.

Obviamente todos sabemos que, mesmo com duas, quatro, seis, oito ou 200 reuniões, nós chegaremos à reunião final na hora da votação com divergências. É natural! Não há de se imaginar que um tema como esse será votado por acordo, nem na Comissão, nem no plenário, nem em lugar nenhum.

Mas eu penso que é fundamental estabelecermos estes dois momentos no âmbito da Comissão: um momento para as audiências públicas e um segundo momento para nós termos a oportunidade entre nós de aprofundar e aperfeiçoar o texto.

São essas as ponderações, Sr. Presidente, que eu queria trazer. Gostaria de ouvir naturalmente a opinião dos meus pares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos, então, dar sequência aos nossos trabalhos debatendo o plano do Relator.

Eu gostaria de alertar que, conforme informei ontem, a fala do tempo de Líder para aquele que não é líder demandará autorização expressa por reunião para o exercício desse direito.

Nós temos aqui inscritos, pela Rede, o Deputado Alessandro Molon, cuja delegação a Mesa já recebeu; pela Minoria, a Deputada Jandira Feghali, que está o.k. Mas, a partir daí, do Partido dos Trabalhadores, para o Deputado Arlindo Chinaglia, não há delegação expressa; do PSD, para o Deputado Thiago Peixoto, não há delegação expressa; do PMDB, para o Deputado Lelo Coimbra, não há delegação expressa, do Solidariedade, para o Deputado Major Olímpio, não há delegação depressa. Estão registradas as solicitações de fala por ordem de inscrição, mas, para que seja concedido o tempo, a Mesa precisa receber essas delegações. Então informo isso aos Parlamentares e aos representantes dos partidos.



Vamos em frente. Eu gostaria de discutir o tempo de fala de cada um. Cinco minutos, um pouco menos?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu vou fazer uma sugestão a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Só para eu debater o tempo aqui. Cinco minutos é um consenso? Eu estava pensando em baixar para 4, para darmos mais dinamismo a essa discussão.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Quem puder ser objetivo, melhor, Sr. Presidente. Eu vou tentar usar menos que 5.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Há sugestão de 3 minutos, há sugestão de 5.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Cinco. Quem puder terminar antes, melhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Considerando que nós temos respeitado esse tempo de discussão de 5 minutos, eu mantenho o tempo de 5 minutos.

O primeiro inscrito é o Deputado Heitor Schuch, que tem a palavra.

Claro que a palavra do Deputado é completamente livre, mas nós gostaríamos que pudéssemos fazer render esse espaço que foi dedicado à discussão do plano de trabalho e que nós pudéssemos avançar nesse sentido.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, uma observação. V.Exa. vai seguir aquela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vou seguir a ordem de inscrições.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas nós suspendemos exatamente para o Deputado Arthur Oliveira Maia fazer a exposição. V.Exa. vai fazer pela ordem de inscrições?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Farei pela ordem de inscrições, porque entendo que é o mais justo com os Deputados que aqui estiveram. Então, a decisão é pela ordem de inscrições.

Passo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Heitor Schuch.



O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH - Bom dia, Sr. Presidente, Relator, colegas Deputados e Deputadas.

Eu quero ser muito breve, até porque, com o que está aqui, parece-me que conseguimos andar um pouco mais na interpretação e no entendimento efetivo do que vai acontecer daqui para a frente.

Sr. Relator, eu havia pedido para V.Exa. alterar a ordem da discussão do tema dos rurais nessas audiências. Eu queria lhe agradecer, porque V.Exa. colocou esse tema na oitava audiência. Eu gostaria de saber se, começando com a quinta audiência no dia 7 de março, naquela semana serão realizadas duas ou três audiências, para que nós possamos também nos organizar. Trazer os rurais para cá significa que vem gente do Rio Grande do Sul, mas vem também do Amapá. Não dá para resolver isso de uma semana para outra, nós precisamos de um tempo maior.

Então, eu queria reiterar aqui o desejo de que a oitava audiência pudesse ser feita naquela semana dos dias 13, 14 e 15, que é justamente a semana posterior aos festejos do dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, e às homenagens à Margarida Alves. Nós gostaríamos que isso fosse feito, para que nós pudéssemos orientar o pessoal para vir para cá.

É apenas essa a minha manifestação. Tendo isso garantido, eu me dou por satisfeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra o próximo inscrito, o Deputado Pepe Vargas.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente, primeiro eu havia levantado uma questão de ordem, mas parte dela começa a ser observada, que é nós aprovarmos um conjunto de audiências públicas na Comissão. É isso o que nós estamos discutindo aqui. Então, parte da minha questão de ordem, neste momento, está sendo observada, embora V.Exa. ainda não o tenha proferido.

O segundo ponto que a minha questão de ordem levantava é que, nessas audiências públicas que integram esse plano de trabalho — como muito bem colocou o Relator —, há posições diferentes sobre o tema, o que é normal numa democracia. Segundo o nosso Regimento Interno, arts. 255 e 256, nas audiências públicas tem que haver o contraditório. Então, nós temos que, ao definir quem são



os expositores nas audiências públicas, prever esse contraditório. Obviamente essa é uma segunda etapa. Agora nós temos é que aprovar a proposta.

Eu acho que a proposta que o Relator apresenta é um bom ponto de partida. Acho que o Relator aqui incorpora muitas coisas importantes, que devem ser objeto de audiência pública por parte desta Comissão. Com certeza, pode ter uma ou outra adição.

O objetivo aqui, Deputado Arthur Oliveira Maia, não é postergar o trabalho da Comissão, de forma alguma, é nós termos condições de discutir os aspectos mais relevantes com o tempo adequado, mas de forma alguma postergar, até porque a Comissão tem um prazo regimental, e não há como ficarmos postergando *ad infinitum* os trabalhos aqui.

Nesse sentido, eu queria fazer a proposta de uma audiência pública a mais — e justifico por que. No tema financeiro, envolvendo a Previdência Social e a Seguridade Social, nós temos duas situações: a fotografia do passado, ou seja, o já realizado, o debate sobre haver déficit ou não; e a fotografia do futuro, que é a projeção, que também é objeto de muitas polêmicas. Nós temos sustentado isso aqui, inclusive com material técnico. Já fizemos um pedido de informações.

De fato, conforme o Anexo IV da Lei de Diretrizes Orçamentárias, não é possível replicar aquele modelo, por ausência de informações. Nós temos tido contato com técnicos da academia que têm estudado esse assunto e não têm conseguido replicar o modelo, por falta de informações.

Então, eu sugiro — é objeto do Requerimento nº 6, que apresentei — uma audiência pública para discutir justamente o modelo de projeção de longo prazo da Previdência Social. Além disso, dentro dessa ideia de contraditório, sugiro a presença de dois representantes que tenham determinada visão e dois do Governo. Eu até sugiro que os representantes do Governo sejam o Secretário da Receita e o Secretário da Previdência. Se não puderem vir, o Governo pode indicar outro técnico para vir no lugar do Dr. Rachid e outro no lugar do Dr. Marcelo Caetano. Sugiro também a presença de dois pesquisadores do Laboratório de Ciências Sociais da Universidade do Pará, pois lá há um grupo de especialistas estudando essa matéria.

Eu apresento aqui, para a apreciação da Comissão, do Relator e do Presidente, a sugestão de realização de uma audiência pública específica sobre o



tema Modelo de Projeção de Longo Prazo, que é um tema financeiro distinto. Há uma relação, obviamente, mas uma coisa é discutir se há ou não o déficit, outra coisa é discutir o modelo de projeção de longo prazo. Para isso, apresentei o Requerimento nº 6. Obviamente, estou aberto a sugestões.

Por fim, em relação a atividades de risco, profissionais em atividade prejudicial à saúde e condições do professor, talvez fosse necessário nós especificarmos os assuntos, fazendo mais de uma audiência sobre o tema, senão vão se embaralhar assuntos complicados. Esta seria a minha outra sugestão: analisar a possibilidade de se desdobrar a sétima audiência proposta pelo Relator em mais de uma, para não se embaralharem os assuntos.

Eram essas as minhas sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao próximo inscrito, o Deputado José Mentor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - Sr. Presidente, Sr. Relator, vou tentar fazer algumas observações e alguns alertas.

Primeiro, quero dizer que, na audiência de terça-feira, depois do carnaval, nós podíamos colocar, como V.Exa. indicou, o TCU e o Ministério do Planejamento de um lado, o DIEESE e a UNICAMP de outro, para haver equilíbrio, com quatro pessoas debatendo de lados opostos. Seriam TCU e Ministério do Planejamento de um lado, DIEESE e UNICAMP de outro.

Eu tenho outra sugestão. Ontem, por exemplo — não há essa previsão aqui —, a CUT e a Força Sindical, dentre as centrais, não participaram. Então, há uma pendência aqui, porque as duas maiores centrais do Brasil não puderam opinar sobre a reforma. Essa é uma ponderação que faço.

Em relação às audiências regionais que eu havia proposto — há um requerimento pendente —, nós podíamos pensar em um cronograma para realizá-las no mesmo dia. Cada Deputado se deslocaria para a sua região, e faríamos todas as audiências no mesmo dia, para ouvir as demandas regionais do Brasil, que são importantes.

V.Exa. diz que vai haver um tempo importante para debate após o parecer. Eu indago: V.Exa. vai realizar audiências públicas após o parecer? V.Exa. vai permitir ou vai sugerir audiências públicas para debater o parecer de V.Exa.?



Há um outro ponto, no qual concordo com o Deputado Pepe Vargas: o cálculo atuarial é alterado profundamente por qualquer alteração em qualquer índice, em qualquer condição. Separar esse tema é importante para debatermos com profundidade.

Eu também faria uma sugestão em relação à audiência nº 7, porque só a questão dos militares já é um tema que vai demandar um debate profundo. A situação dos professores demandará outro debate mais profundo ainda. Talvez tenhamos que separar os dois itens, para aprofundarmos a discussão.

Estou dando esse exemplo, porque, no item 7, V.Exa. colocou: os militares, a atividade insalubre ou insegura, a situação dos professores...

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Todas são aposentadorias especiais.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - Sim, mas os temas têm tamanho vulto que cada um vai merecer um debate separado, para não termos tumulto. Podemos separar os policiais dos demais, por exemplo.

Eu também sugeriria a V.Exa. que explicitasse qual é o tempo que temos para indicar os nomes para cada audiência pública. Talvez o Presidente possa delimitar as reuniões administrativas quando V.Exa. fixar as datas previstas, para cada um de nós ter o tempo adequado para indicar os nomes, para se estabelecer o contraditório no debate de cada tema. Com isso, eu acho que teríamos condições de contribuir adequadamente para que o debate seja profícuo.

Ao contrário do que dizem os governistas, nenhuma contribuição nossa tem sentido protelatório. Não é nada disso! Nós estamos querendo aprofundar a discussão, aprofundar o debate, para termos elementos lá e cá, favoráveis ou contrários à proposta, que fomentem esse debate, para que V.Exa. possa fazer um relatório que tenha profundidade e seja o mais justo possível.

É evidente que esse debate é tão abrangente e atinge tanta gente que, com certeza, V.Exa. vai chegar à conclusão a que nós estamos chegando: é profundamente cruel a proposta apresentada.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Eu sei que as propostas de V.Exa. são sempre de boa-fé, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao primeiro Líder inscrito, o Deputado Alessandro Molon, da Rede. Regularmente inscrito.

V.Exa. dispõe de 5 minutos, acrescidos do tempo de inscrição...

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, acho que eu seria o próximo inscrito, de qualquer forma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Sim.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Então, eu vou falar como inscrito regular, não vou usar o tempo de Liderança e vou falar por 5 minutos. Está bem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, eu queria só dialogar com o Relator. Eu acho que nós não temos concepções diferentes em relação a estender ou não estender. A proposta que vou fazer não é a de estender, mas de aprofundar. Naturalmente, isso estende o calendário? Estende. Mas, como vou procurar mostrar, o objetivo é o de nos aprofundarmos em cada tema.

Por exemplo, em relação ao plano de trabalho apresentado, na quarta audiência pública, que V.Exa. sugere, eu separaria pessoa com deficiência de BPC — Benefício da Prestação Continuada. A quarta audiência pública seria sobre pessoa com deficiência e BPC. Eu entendo que são temas diferentes. Na minha opinião, seria uma audiência pública sobre pessoas com deficiências — e, aí sim, Regime Geral e Regime Próprio — e outra audiência pública sobre BPC, porque são coisas diferentes. BPC é uma coisa, pessoa com deficiência é outra.

Em relação à quinta audiência pública — em tese, seria no dia 7, ou não —, da mesma forma que o Deputado Pepe Vargas, eu separaria o tema do orçamento da Seguridade do tema do modelo atuarial. Eu faria uma audiência pública sobre déficit da Previdência atual, orçamento — é a mesma proposta do Deputado Pepe —, e faria uma audiência pública só sobre modelo atuarial. Teríamos que convidar matemáticos e estatísticos dos dois lados, com as duas visões, para debatermos o modelo.

Eu não faria mudança na sexta audiência pública. Acho que está de bom tamanho. Não há como separar os temas ali.



A sétima audiência pública, em que seriam abordados três temas diferentes, eu separaria em três audiências. Acho que uma audiência pública seria sobre risco. E aí, Deputado Arthur, no seminário internacional, que acho uma ótima ideia, valeria a pena ver como os países tratam esses temas. Por exemplo, quanto ao risco, como os outros países tratam policiais? Então, seria uma audiência pública sobre periculosidade ou risco; outra audiência pública sobre dano à saúde — quer dizer, insalubridade, um dos outros temas que está aqui; e o terceiro tema seria professores. Como é que os demais países tratam os professores? O que a Medicina do Trabalho tem a dizer para nós? Muitos professores estão saindo de licença para tratamento da saúde? Por quê? Quais são as condições de trabalho dos professores? Poderíamos fazer um debate profundo sobre os professores. Então, eu dividiria a sétima audiência pública em três.

Eu não mudaria a oitava audiência pública, porque acho que o tema do trabalhador rural é específico, e não o dividiria.

Eu não dividiria a nona audiência pública, porque acho que o tema da mulher merece ser tratado em si mesmo.

Agora, eu acrescentaria algumas audiências públicas. Eu faria uma audiência pública sobre pensão por morte. Por quê? Primeiro, porque estamos reduzindo o patamar de salário mínimo e estamos criando a regra dos 50% mais 10% por descendente, não cumulativos. Enfim, eu faria uma audiência pública sobre pensão por morte.

Eu faria uma audiência pública sobre idade mínima. Em que sentido, Relator? Por que 65 anos? Nos outros países em que a idade mínima é de 65 anos, qual é a expectativa de vida? Vai vir alguém aqui defender que 65 anos para o Brasil está bom. Teria que vir alguém para dizer que não está bom. A ideia de idade mínima é correta? É? Qual deve ser essa idade? Eu acho que esse deve ser um tema de audiência pública.

Na minha opinião, deveria haver uma audiência pública sobre as regras de transição. Por que 50 anos de idade e 45 anos de idade? O que baseou isso? Por que não 40 anos de idade e 45 anos de idade? Por que não 55 anos de idade e 60 anos de idade? Este é um debate, sobre as regras de transição — no meu entendimento, numa audiência pública específica.



Tempo mínimo de contribuição, que passou de 15 anos para 25 anos, na minha opinião, é tema de uma audiência pública. Por exemplo, ontem surgiu aqui *en passant* a informação de que o Japão reduziu o tempo mínimo de contribuição de 25 anos para 10 anos. De 25 anos para 10 anos. Por quê? Por que o Japão está fazendo isso? Isso nos diz algo ou não? A realidade de lá é diferente, e isso não se aplica? O que nós ganhamos passando o tempo de contribuição de 15 anos para 25 anos? Acho que esse é um tema que merece uma Mesa. Mesmo que façamos três audiências públicas por semana, precisamos debater os temas com profundidade.

Outro tema: os 49 anos de contribuição. É razoável isso? Eu acho que esse é um tema para uma audiência pública. Por que exigir 49 anos de contribuição da pessoa que quer receber 100% dos vencimentos?

Por fim, por que considerar 100% das contribuições? O que isso vai significar em termos de perda de benefícios para as pessoas? Até agora se consideravam 80% das maiores contribuições, as 80% maiores. O que significa passar para 100%?

Percebe? Acho que esses são outros temas de audiência pública. Acho que, na segunda fase, depois da apresentação do parecer do Relator — eu insisto, Sr. Presidente —, nós devíamos fazer seminários regionais. Se o problema está nos Estados, como é que nós não vamos fazer seminários nos Estados? Vamos fazer um seminário no Rio de Janeiro, um em Minas Gerais, um no Rio Grande do Sul, e assim por diante.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra à Deputada Jandira Feghali, que pode somar o seu tempo de Líder, até porque é a segunda Líder inscrita.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Se eu somar, terei 14 minutos. Vou pedir só 7 minutos. Mato os dois e não uso muito tempo. É a metade dos dois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Sete minutos.

Por favor.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, Sr. Relator, eu acho que nós temos que partir da seguinte premissa: é o nosso modelo de trabalho. De fato, com horário integral na Comissão e 3 dias por semana, não conseguimos fazer mais nada. Nem o Relator consegue trabalhar direito, nem nós, porque



estamos em outras Comissões. E vão começar a funcionar as Comissões Temáticas, com relatórios de projetos de lei. Ou seja, não dá para trabalhar em horário integral. Hoje V.Exa. marcou horário integral, de manhã e de tarde. Na quinta-feira passada, foi igual. E não conseguimos fazer mais nada. Nem debater o mesmo tema. Está havendo um seminário sobre Previdência no Auditório Nereu Ramos, mas não conseguimos ir para lá.

Então, existe a necessidade de fixar se são 2 dias por semana, na terça-feira e na quarta-feira à tarde, para nos planejarmos e conseguirmos distribuir a nossa agenda como precisamos.

Em segundo lugar, eu acho que tem que prevalecer sempre o contraditório nas Mesas. E tem que haver um limite máximo de pessoas. De fato, se for uma Mesa com sete pessoas, o tempo que sobra para o debate às vezes é... Ontem, só de exposições da Mesa foram 2 horas e meia. Isso limita muito. Eu acho que quatro é um número limite razoável, porque você consegue colocar um contraditório dois a dois. Fica um debate interessante. Já há muitos nomes aprovados, e temos que incorporar pelo menos boa parte deles.

Em terceiro lugar, eu acho que não há neutralidade, nem de técnicos nem de fóruns. Não existe neutralidade na política, muito menos em relação a este tema. Então, não é possível considerar a neutralidade do TCU ou a neutralidade do IPEA. Isso não existe. Nós precisamos fazer o contraditório de fato, com sinceridade e franqueza.

Quanto à questão das Mesas, até aqui nós tivemos algumas Mesas gerais que não aprofundaram temas, nem do Regime Geral, nem do regime dos servidores, nem as questões de diferenciação. Da mesma forma como colocou o Deputado Alessandro Molon, acho que existem alguns temas do Regime Geral que precisam ser aprofundados. No Regime Geral, nós mudamos a carência, nós mudamos a idade, nós mudamos o cálculo do benefício e nós mudamos as pensões. São temas que, por si sós, merecem um embate um pouco mais claro, para sabermos o porquê dessas mudanças. Então, eu dividiria a Mesa do Regime Geral em pelo menos duas, Relator. *(Pausa.)*

Se o Deputado Andre Moura for falar, eu aguardo, senão o Relator não me ouve.



O SR. DEPUTADO ANDRE MOURA - Eu estou cumprimentando. Posso?

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Tudo bem. Cumprimentar pode. Eu deixo V.Exa. falar. Só queria que o Relator me ouvisse.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Pois não.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Então, eu acho que aspectos gerais do Regime Geral poderiam ser divididos em pelo menos duas Mesas: uma que tratasse do valor do benefício, do tempo de carência etc.; e outra que tratasse do regime de transição. Assim, poderíamos debater mais profundamente e incorporar mais pessoas. Sugiro pelo menos duas.

Por exemplo, a Mesa de terça-feira, de fato, tem que ser desdobrada em duas: uma sobre o que nós evoluímos até aqui, e outra sobre o modelo de projeção atuarial. Eu concordo com a proposta dos outros de que isso também tem que ser debatido em duas audiências, assim como devem ser debatidas em duas as aposentadorias diferenciadas.

Quer dizer, eu estou propondo que se dividam três Mesas em duas.

O SR. DEPUTADO DIEGO GARCIA - Qual é a outra?

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - A anterior? Ah! A que discute finanças da Previdência? Uma Mesa sobre o que houve até aqui, e outra sobre o modelo de projeção atuarial, que é muito polêmico. Acho que deve ser discutido em duas audiências.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Essa é a sétima. Eu acho que uma coisa é atividade de risco, atividade insalubre, e outra coisa é o problema da educação. São coisas diferentes. Eu acho que tem que ser dividida. Talvez não em três, mas em duas pelo menos.

Na minha opinião, vão faltar três Mesas importantes. A primeira é para aprofundar melhor a mudança para servidores públicos. Na outra Mesa, foi colocado tudo junto. E acho que precisávamos entender melhor a situação dos servidores, até para que tentemos chegar a um acordo em relação ao Regime Próprio, que não teve uma Mesa específica.

E há outras duas Mesas, na minha opinião. Por exemplo, existem entidades gerais que querem falar. A CNBB quer falar, a OAB quer falar. Existem entidades



gerais que estão trabalhando a questão e que pediram para vir aqui. Foi por isso que nós apresentamos os requerimentos. Essas entidades não vão abordar um tema específico. Elas querem dar uma opinião geral. Então, sugiro uma Mesa de entidades gerais, seja a OAB, seja a CNBB, como eu propus no meu requerimento. Isso é importante.

Também deve haver uma Mesa entre empregadores, os patronais, e trabalhadores. Acho que nesta podem entrar as centrais e as entidades patronais, sejam rurais, sejam urbanas. Eu acho que é correto que se faça o contraponto empregador-trabalhador.

Então, são duas Mesas gerais que, na minha opinião, deveriam constar do seu plano de trabalho.

Com relação aos nomes, a pergunta do Deputado José Mentor é correta: qual é o prazo que nós temos para indicar os nomes? Se não é hoje, em que momento? Vai ser numa reunião específica? Mas temos que trabalhar.

Ao final — e não vou usar os 7 minutos —, queria reforçar a ideia dos seminários regionais. Por que isso? Porque, de fato, a desigualdade nacional é absurda. Uma coisa é o Nordeste, outra coisa é o Norte, outra coisa é o Sudeste, outra coisa é o Sul. Acho que, de fato, sejam os Governos de Estado, sejam as Prefeituras, sejam os trabalhadores dessas regiões, todos querem se expressar. Prefeitos, por exemplo, vão falar onde?

O senhor foi Prefeito e sabe que em muitos Municípios o benefício previdenciário e o Programa Bolsa Família definem o giro da economia, mais do que o Fundo de Participação dos Municípios. Seria importante que, nas audiências regionais, nós tivéssemos a presença de gestores locais e de representações da sociedade civil.

Então, eu quero reforçar que, em algumas quintas-feiras ou sextas-feiras, sem atrapalhar os dias de trabalho regular da Comissão, poderíamos nos distribuir pelos seminários regionais. Isso fortalece a Comissão e favorece a melhor compreensão do impacto desse processo em Estados e Municípios.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - E fortalece os Deputados também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O próximo orador inscrito é o Deputado Arlindo Chinaglia.



O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Obrigado.

Eu queria fazer algumas ponderações ao Relator.

Primeiro, naquele estudo que foi patrocinado pela ANFIP e pelo DIEESE, houve a participação de dezenas de cientistas, de economistas, etc.

Por que eu faço essa referência? A síntese daquele trabalho — e, se for perguntado, provavelmente eles repetirão aqui — é a seguinte: reformar hoje para quebrar amanhã. Ninguém precisa concordar, nem eu, mas eu levo a sério certas observações de estudiosos.

Isso serve para tentar convencer o Relator — e ele tem boa vontade — de algo que eu creio que é difícil tratar em qualquer circunstância, especialmente em audiência pública. Mas eu acho que é nosso dever.

Digo àqueles que raciocinam e àqueles que não ignoram o debate do déficit que nós precisamos saber que repercussão vai ter aquilo que está sendo proposto pelo Governo hoje, que não obrigatoriamente vai ser o aprovado amanhã, na própria Previdência e na própria Seguridade.

É claro que, na sua proposta de trabalho, que é abrangente, alguns aspectos tangenciam esse tema, mas eu creio que valeria a pena nós fazermos mais uma audiência. Não é mais uma daquelas outras que foram propostas. O tema do equilíbrio financeiro e atuarial deveria ser debatido em pelo menos duas Mesas, nas quais, a critério seu — e eventualmente podemos sugerir... Aqui está mencionado, mas imagine, nesta audiência, como ela está prevista, se nós formos discutir o aspecto demográfico e o mercado de trabalho, que são temas muito difíceis, especialmente mercado de trabalho, porque aí entra rotatividade, entra informalidade, que está prevista aqui também...

A minha sugestão — o Deputado Pepe a formulou e outros também — é de que sejam feitas duas audiências, para não termos nenhuma dúvida.

Inclusive, Sr. Presidente, se couber na avaliação de V.Exas., talvez devêssemos fazer uma reunião de trabalho. Porque em audiência, mesmo que não queiramos, há discurso — é normal, é legítimo —, há disputa etc. Às vezes nos irritamos mais do que deveríamos. O Deputado fez mea-culpa: *“Eu faço o meu também”*. (Riso.)



Eu quero reiterar, porque é nossa preocupação, que, pelo menos na Comissão, não devemos ter nenhuma dúvida. O Sr. Presidente e o Sr. Relator já fizeram isso publicamente. Não é quanto aos dados. Há pessoas que dizem que os dados não se questionam. Não. A inteligência humana serve para interpretar os dados. Porque ler dados, eu diria, quase qualquer um faz. É na interpretação que nós divergimos. E é aí que temos que nos esforçar.

Segunda observação: o Deputado Alessandro Molon fez aqui uma referência ao Japão, e aqui está previsto um seminário internacional. Então, antes do próprio seminário, Sr. Relator, eu queria sugerir que nós tivéssemos acesso a alguns textos ou a algumas experiências internacionais. E aqui eu quero trazer para o nacional. Por exemplo, o Ministro interino do Planejamento virá aqui, de acordo com a proposta de V.Exa. Não temos nada contra, achamos que ele deve vir mesmo, mas queríamos propor que ele enviasse os dados disponíveis — e ele tem todos —, que embasam inclusive a proposta que o Governo enviou.

Há outro elemento: nenhum governo abriu a caixa-preta da Previdência. Nenhum. Nem este nem os anteriores. Nenhum. Para deliberarmos adequadamente, cada um com a sua convicção ideológica, política etc., precisamos que os requerimentos que foram apresentados sejam respondidos, porque buscam apenas informação. Ou seja, eu estou defendendo que, em cada audiência, em cada reunião, nós já tenhamos as informações, para que as perguntas sejam melhor formuladas, para que, enfim — quem sabe até numa reunião de trabalho? —, possamos colocar os próprios expositores para dialogarem entre si, se isso for possível.

Então, são essas as sugestões que eu apresento. A questão do tempo de duração do nosso trabalho vai ser consequência do trabalho bem feito anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Vou chamar agora um inscrito para falar como Líder.

Pela Liderança do PT, com a palavra a Deputada Luizianne Lins.

A SRA. DEPUTADA LUIZIANNE LINS - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, com relação ao relatório, eu não tive oportunidade de ver toda a exposição, mas já peguei as informações e queria fazer algumas sugestões.



Primeiro, eu gostaria de uma informação, Sr. Presidente. Nós aprovamos em bloco alguns requerimentos, na primeira reunião, e agora novamente. Eu, por exemplo, tenho três requerimentos: dois naquela reunião e um nesta reunião de hoje sobre a questão dos professores, a questão da juventude e a questão dos portadores de deficiências.

Eu gostaria de saber o seguinte: com a aprovação do relatório nesses termos, todos os requerimentos de audiência aprovados vão ser deixados para lá?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Repita, por favor. Desculpe-me.

A SRA. DEPUTADA LUIZIANNE LINS - Foram aprovados requerimentos em bloco na primeira reunião e hoje novamente. Eu, por exemplo, estou contemplada nessa aprovação.

Na primeira reunião, aprovamos requerimento em relação aos portadores de deficiência, inclusive vai haver uma audiência hoje à tarde, e aprovamos requerimentos em relação à participação da juventude na discussão do pacto geracional. Hoje novamente aprovamos requerimentos em bloco, e havia um requerimento específico sobre a condição dos professores, em especial os professores da rede de educação básica.

Eu gostaria de saber se, com a aprovação do relatório do Deputado Arthur Oliveira Maia nesses termos, todas as outras audiências aprovadas anteriormente vão ser desconsideradas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - A princípio, sim. A franqueza é essa. Nós vamos estabelecer aqui um plano de trabalho, e a Oposição tem que dialogar conosco de uma forma unida, no sentido de apontar quem eles querem que aqui compareça para defender algumas posições.

Eu tenho feito aqui um esforço, e o Relator da mesma forma, para que na Mesa esteja presente o contraditório. Isso tem acontecido. E tenho certeza de que quem contestar isso não estará sendo honesto. Por isso, não haverá contestação sobre isso, haja vista que o Plenário é formado por Deputados e Deputadas honestos. Nós vamos manter essa condição de estabelecimento do contraditório em cada uma das audiências públicas, mas é impraticável, obviamente, que todas as



peças indicadas nos requerimentos aprovados tenham oportunidade de se manifestar aqui.

Passo a palavra ao Relator, que quer responder a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Deputada Luizianne Lins, a minha compreensão é que aprovamos aqui naquela...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Não se preocupe, pois V.Exa. terá o tempo necessário. V.Exa. tem precedência.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Não, V.Exa. terá o tempo necessário.

Quero só esclarecer a compreensão que eu tenho quanto àqueles requerimentos que nós aprovamos. Os requerimentos visavam trazer pessoas que naturalmente estão vinculadas a um ou outro tema. Obviamente que V.Exa. convida um professor porque tem vinculação com o tema dos professores. Mas o fato de mudarmos o nome da audiência pública, sendo que se vai tratar do mesmo tema, não muda muita coisa.

Eu vi aqui que existem requerimentos dos Deputados Pepe Vargas, Carlos Zarattini, Arlindo Chinaglia, Maria do Rosário, Luiz Sérgio, Adelmo Carneiro Leão, Assis Carvalho e Luizianne Lins, chamando — parece que todos fizeram requerimentos relativos às mesmas pessoas — representantes da CONTAG, da FETAG, da Via Campesina, do Conselho Nacional das Populações Extrativistas, do Movimento Nacional dos Pescadores. Estão todos aprovados.

Eu acho que é muito mais produtivo acordarmos em torno dos temas que têm que ser tratados. Eu trouxe aqui uma proposta, os Deputados estão se posicionando para colocar um tema e desdobrar outro, o que é plenamente plausível. E, certamente, o tema dos professores, que V.Exa. aborda, já foi aqui citado por outros Deputados. Já não me lembro mais de quem falou sobre professores aqui. Acho que o Deputado Alessandro Molon tratou do assunto. Então, obviamente, que, quando formos tratar dos professores, V.Exa. reivindica colocar o nome que propôs.

A SRA. DEPUTADA LUIZIANNE LINS - Sr. Presidente, Sr. Relator, primeiro eu gostaria de destacar o que diz o art. 256 do Regimento Interno:



Art. 256. Aprovada a reunião de audiência pública, a Comissão selecionará, para serem ouvidas, as autoridades, as pessoas interessadas e os especialistas ligados às entidades participantes, cabendo ao Presidente da Comissão expedir os convites.

Na verdade, isso teria que ser feito em forma de acordo. Se não houver acordo, teríamos que ter as reuniões conforme foram indicadas nos requerimentos de audiências públicas aprovados, com as pessoas que estão ali apontadas.

Eu vou dar um exemplo. Aprovei na primeira reunião um requerimento para tratar especificamente sobre o Benefício de Prestação Continuada — BPC, em especial no que diz respeito às pessoas com deficiência, e propus nomes ligados ao tema. Vai acontecer hoje à tarde. Apenas uma das pessoas que eu sugeri no meu requerimento vai estar presente. Não tem problema. Mas isso precisa ser acordado. Isso não pode ser feito à revelia pela Mesa, nem pelo Presidente, por mais respeito que eu tenha por V.Exa. e saiba da sua capacidade, Deputado Carlos Marun. Foi sua colega na Comissão de Desenvolvimento Urbano, fui Prefeita também e conheço o seu talento, mas eu acho que estamos tratando de uma coisa muito grave e séria: a reforma da previdência. Eu não queria estar na sua pele. De V.Exa. está sendo requerida muita responsabilidade, não só com o presente, mas também com o futuro da população brasileira, em muitos aspectos. É bom que todos tenham consciência de que estamos modificando o maior sistema de proteção social do Brasil. Corre-se o risco de a nossa geração ser responsabilizada por tudo o que de negativo produzirmos daqui para diante.

Eu queria a atenção do Relator. Deputado Arthur Oliveira Maia, eu vou dar outro exemplo aqui. A questão dos professores entra na sua proposta de pauta como aposentadorias com critérios diferenciados, No entanto, precisamos entender a história do Brasil e da construção do sistema de proteção social e da previdência. Essas especificidades não vieram do nada. Elas vieram exatamente de situações diferenciadas, porque este é o princípio da justiça: tratar de forma diferenciada as situações diferenciadas. Esses critérios diferenciados não se deram por acaso. Então, é complicado juntar tudo isso — e eu estou vendo que os professores, especificamente, estão aqui —, juntar todo o mundo que tem critério diferenciado e



discutir que ninguém mais vai ter essa diferenciação. Não pode ser assim, porque isso é fruto de uma construção histórica, não é uma coisa que veio do nada. Não se trata de uma categoria única com critério diferenciado. São várias, e cada uma chegou a essa condição por uma situação diferenciada. O professor, por exemplo, tem o desgaste profissional.

Há outra questão. Eu concordo com o Deputado Alessandro Molon sobre a pensão por morte. A pensão por morte não pode estar apenas dentro da questão da seguridade social e da condição da mulher, porque existem muitas especificidades na questão da mulher... Eu aproveito até para fazer uma observação. Só temos uma mulher como membro titular nesta Comissão, a Deputada Jandira Feghali, e talvez um dos setores mais prejudicados com essa reforma sejam as mulheres. Nós estamos perdendo conquistas históricas de anos e anos de luta das mulheres. Então, eu concordo com o Deputado Alessandro Molon, no sentido de que a pensão por morte precisa ser tratada de forma específica, e não ficar junto com a questão das mulheres, porque há muito mais coisas envolvidas na questão da pensão por morte, não necessariamente ligadas à questão da condição feminina.

Foram aprovados sete requerimentos. Quando eu falei dos meus, especificamente, referi-me aos que eu assinei sozinha. Mas os do Deputado Pepe Vargas, que abrangem uma série de setores e categorias, foram aprovados — nós do PT assinamos juntamente com ele —, e há um específico sobre a condição da mulher na previdência. Acho que a pensão por morte deveria ser discutida de forma específica, senão — e eu vou cantar a pedra —, nós vamos passar a audiência pública toda discutindo pensão por morte, de tão complexa que é, e a questão da mulher vai ficar para segundo, terceiro, quarto, quinto, sexto plano. Isso é muito grave! As mulheres vão perder muito com essa reforma, do ponto de vista das leis anteriores e do ponto de vista das leis atuais.

Outra questão. Eu não vi nada aqui, Deputado Arthur Maia, sobre a juventude. Alguém pode dizer: *“Mas jovem discutir aposentadoria?”* Uma das coisas que pressupõem o sistema de previdência social é o pacto geracional. O que está em jogo aqui não é um mero ajuste fiscal do Governo. Na verdade, estamos falando aqui de uma mudança de modelo de sociedade. Ou seja, nós podemos inviabilizar de vez o sistema. Por quê? Porque podemos afastar da Previdência os atuais e os



possíveis futuros contribuintes. A dificuldade de acesso à aposentadoria vai se tornar um fator de desestímulo para as atuais gerações. Está-se criando esta frase: se eu não vou usar, por que eu vou pagar? A possível saída de jovens da base de contribuintes e mudanças nas relações de trabalho, como, por exemplo, a terceirização, podem levar a uma queda brutal da receita da previdência.

Nós estamos rompendo o pacto de gerações. Pelas novas regras, para se ter direito à aposentadoria integral, seria preciso trabalhar ininterruptamente durante 49 anos. Foi aprovado um requerimento para convidarmos entidades que representam a juventude brasileira, para discutirmos com elas, mas não as vi representadas aqui nas audiências públicas. Isso para mim é muito grave. É outra questão que eu gostaria de ressaltar.

O Regimento é claro no seu art. 256. Como eu também não acho que temos que ser intransigentes nessa discussão, creio que podemos fazer acordo. Mas acordo pressupõe concordância das duas partes, não pressupõe uma posição unilateral da Presidência ou do próprio Relator em dizer que as audiências públicas vão ser de tal forma e que vai convidar tal pessoa. Nós temos requerimentos aprovados. Essa é uma discussão à parte.

Eram essas as observações que gostaria de fazer ao relatório.

Acho que uma audiência pública deveria tratar com a juventude do pacto de gerações. Eu estou contribuindo agora para a geração futura e vou receber aposentadoria da geração que contribuiu antes de mim. Isso não é pouca coisa. Esse é um modelo de sociedade. Como se diz na Filosofia, a epistemologia da reforma precisa ser discutida. É preciso discutir o sentido disso tudo, senão corremos o risco de provocar o desmonte de vez da previdência no Brasil, não o desmonte fictício que o Governo apresenta, mas um desmonte real.

A segunda observação seria com relação aos professores. Eu acho que cabe, por respeito à categoria dos professores, uma discussão específica, porque eles não chegaram a critérios diferenciados de aposentadoria por acaso. Portanto, eu acho que merecem que isso seja discutido separadamente.

A terceira observação é a pensão por morte. Acho que pensão por morte é um tema muito específico. E não podemos deixar que o debate sobre a questão da mulher fique resumido à pensão por morte, o que vai acabar acontecendo.



Eu quero aproveitar os 5 minutos restantes para falar sobre essa reforma de um ponto de vista mais geral. Eu gostaria de chamar a atenção de todos e todas porque, cada vez que eu leio sobre isso, cada vez que eu me aprofundo mais nessa discussão, mais apavorada eu fico com o que está em nossas mãos.

Primeiro, é bom lembrar que a previdência social no Brasil é o principal mecanismo de proteção social que nós temos hoje, e 20 milhões de trabalhadores urbanos, 10 milhões de trabalhadores rurais, ou seja, aproximadamente 100 milhões de pessoas, direta e indiretamente, são protegidas pelo sistema. Estão protegidos 82% do povo brasileiro pelas atuais regras do regime. E, além de tudo, ela é um fator de redução da pobreza.

E há dados, senhores e senhoras, estarrecedores. Para se ter ideia, no Brasil, nós temos hoje menos de 1% de idosos com mais de 65 anos abaixo da linha da pobreza. Não sei como está agora com a crise, que piorou muito com o Governo golpista do Michel Temer. Até há pouco tempo era difícil vermos pessoas idosas pedindo dinheiro nas ruas. Quando se via, era uma coisa muito pontual, porque menos de 1% das pessoas acima de 65 anos estava abaixo da linha da pobreza.

Com as regras que estão sendo propostas pelo Governo golpista para a previdência, essa porcentagem vai chegar a 50% das pessoas acima de 65 anos abaixo da linha da pobreza. Isso não é pouca coisa! Isso é muito, muito grave! Nós vamos ter 50% das pessoas com mais de 65 anos abaixo da linha da pobreza! Esses são dados da Universidade de Campinas. São dados concretos, reais, que precisam ser analisados, porque não pode haver convivência desta Casa, jamais, em acabar com um sistema desses.

Nós temos aqui que garantir o equilíbrio financeiro para que a previdência seja cada vez mais sustentável. Nós precisamos aprimorar isso e dizer: *“Olhe, vamos para os dados reais. Vamos dizer o que é realmente contribuição do patrão, o que é contribuição do trabalhador, o que é contribuição do Governo”*. Existem países em que a contribuição do Governo chega a 78% para manter a previdência. Não dá para jogarmos tudo no mesmo pacote. Com vistas à redução das despesas primárias, estamos dizendo que a previdência social é deficitária. Isso é muito grave!

Por fim, eu acho que nós temos uma grande responsabilidade pela frente. Este momento de crise é o mais inadequado para fazermos uma reforma dessa



natureza. E vou dizer uma coisa: num determinado momento eu tive uma posição diferenciada. Eu era Deputada Estadual, quando estava sendo votada nesta Casa a reforma da previdência social de 2003, ainda até no Governo Lula, meu líder maior. E eu lembro que em 2004, quando eu participei das eleições como candidata a prefeita, nenhuma Deputada Federal e nenhum Deputado Federal, de qualquer partido que fosse, da Esquerda, da Direita ou do Centro, foi eleito prefeito neste País — nenhum! —, pelo menos pelo que eu acompanhei, porque ali estava colocado para a sociedade brasileira um divisor de águas. Previdência é uma das questões mais polêmicas do Brasil.

Posso até estar muito enganada, mas acho que, no próximo ano, quem votar a favor dessa reforma, muito dificilmente voltará para esta Casa. Precisamos estar em sintonia com o povo que está sofrendo. Essa criminalização da política, que está acontecendo, é ruim para todo o mundo.

Eu fui Vereadora e lembro que uma vez foi feita uma campanha. Espero que essa campanha não chegue à Câmara Federal! Fui eleita porque tínhamos um trabalho junto muito à base social, que nos respeitava. A campanha era: *Para Vereador Não Vote em Vereador*. Não podemos correr o risco de ter: *Para Deputado Federal Não Vote em Deputado Federal*.

Isso está nas nossas mãos, e a responsabilidade é muito grande, porque nós estamos tratando com a população que contribui e trabalha, que é a maioria da população brasileira e que tem baixa condição social.

Sr. Presidente, são essas minhas considerações. Gostaria de solicitar uma audiência pública específica da juventude e dos professores.

Espero que a pensão por morte saia do debate, sobre a questão feminina.

Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Presidente Carlos Marun, eu pediria precedência porque tenho que viajar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deixe-me dar um esclarecimento. A minha decisão é no sentido de não atender os pedidos de precedência. Vários colegas a mim se dirigiram solicitando precedência por motivo de viagem, pelos motivos mais diversos. Não há como nós atendermos isso sem cometermos injustiças. Então, serei absolutamente rígido com a questão do tempo.



O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Parece que, antes de mim, está inscrito como Líder só o Deputado André, que não está presente, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não. Como Líder, V.Exa. é o...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Quinto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não, é o 11º.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sou o 11º?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. tem que chegar aqui e solicitar a sua inscrição como Líder.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sim, eu esqueci. Eu estava aqui, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Lamento, mas seguirei rigorosamente a ordem de inscrição estabelecida.

Quero informar também que, ao meio-dia, vou fazer uma chamada, até mesmo porque nós temos que concluir a reunião até 13h, para, às 14h, retomarmos os trabalhos. Informo aos assessores dos partidos que, ao meio-dia, faremos uma chamada, e os ausentes serão excluídos da lista. Positivo?

Passo a palavra ao Deputado Thiago Peixoto. *(Pausa.)* Ausente. Perdeu a vez.

Passo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia.

V.Exa. tem o tempo de Líder também, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Quanto seria o tempo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Teria, então, 11 minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Vou tentar não usar esse tempo todo, mas tenho algumas coisas a dizer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, aqueles que nos ouvem, ontem, o Relator Arthur Oliveira Maia, o Deputado Carlos Marun e muitos dos membros da Comissão também estiveram presentes numa reunião com S.Exa., o Presidente Michel Temer, e com os Ministros.

Nós ouvimos do Ministro da Fazenda algo que precisa ser divulgado. Ele disse com todas as letras: *“Nós saímos da mais profunda recessão que o Brasil já*



viveu, superior até aos reflexos de 1929 e superior a qualquer outra recessão do Brasil”.

Ora, nós saímos da recessão simplesmente porque o Governo do Presidente Michel Temer está deliberadamente assumindo a verdade, praticando a verdade, praticando a realidade fiscal. Por isso, no ano passado, o primeiro ato do Ministro da Fazenda, orientado pelo Presidente Michel Temer, foi divulgar qual seria o déficit real, que, aliás, foi o motivo do afastamento da Presidente anterior, que teimava em falsificar balanços. Estabeleceu um déficit de 170 bilhões e conseguiu ter um déficit bem menor; ou seja, avançamos.

Nós avançamos também — evidentemente com muita dificuldade, como estamos tendo agora — quando aprovamos a emenda constitucional que estabelece limite para os gastos. Nós temos avançado em praticamente tudo, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados! Nós estamos trazendo de volta a confiança no Brasil. O Brasil voltou a ser um país confiável.

A sua principal empresa petroleira, a PETROBRAS, que recebemos afogada na Operação Lava-Jato, vem sendo conduzida como empresa que defende o interesse dos seus acionistas, que são o povo brasileiro. A riqueza do povo brasileiro na PETROBRAS deixou de ser festa para ser valor. As ações da PETROBRAS mais do que dobraram, salvando aqueles trabalhadores inclusive que compraram, por indução do Governo, ações da PETROBRAS com o FGTS.

Alguns teimam em dizer que esta reforma da Previdência não é necessária. Ora, quem acredita nisso? Tenho absoluta certeza de que os próprios companheiros conscientes da Oposição sabem que é necessária e urgente a aplicação de uma reforma da Previdência.

Ontem conversei com os companheiros do meu partido aqui na Comissão. Fiquei satisfeito porque conseguimos chegar a um consenso. Os quatro — os dois titulares e os dois suplentes — disseram: “*Nós entendemos que há a necessidade da reforma da Previdência*”. Vamos discutir agora com o Relator como podemos aperfeiçoá-la. Há pontos a serem aperfeiçoados. Não sou daqueles que acham que devemos aprovar o projeto sem mudança, até porque isso é inerente ao regime parlamentar, ao regime presidencialista, com a força que o Parlamento brasileiro tem.



Daí a importância de discutirmos a questão do plano de trabalho. Discutirmos! Podemos aprová-lo ou não, mas vamos discuti-lo. É claro que podemos buscar a maior quantidade de consenso em torno do plano trabalho. Aí, concordo com algumas coisas que foram ditas pelo Deputado Chinaglia, pela Deputada Jandira, pelo Deputado Pepe. Acho que é importante procurar fazer Mesas equilibradas.

Por exemplo, o Tribunal de Contas da União pode até falar só, mas ele não é algo isento. Não sei para que lado ele vai! Se deixarmos o estudo a cargo dos técnicos do TCU, vão fazer igual à ANFIP — Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. Digo isso porque eles estão defendendo os seus interesses. Eles não conseguem ser isentos porque são as pessoas que vão usufruir do sistema.

Ficou muito claro, na brilhante apresentação de ontem, do técnico Rogério Nagamine, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Isso me mostrou que o IPEA tem quadros fantásticos.

A reforma da Previdência não é só urgente. Ela é prioridade nacional! Se nós aprovamos a Previdência, os empregos poderão voltar, o crescimento poderá voltar, a alegria do povo brasileiro poderá voltar.

Então, eu queria, Sr. Presidente, que nós fizéssemos uma sessão para nós tratarmos não do assunto específico, dessa nau que é a reforma da Previdência, mas para ver como essa reforma impacta a vida nacional, com economistas de grande porte. Poderiam ser economistas do lado acadêmico, e não do Governo. Poderiam ser dois economistas que entendem que a reforma é fundamental para que o Brasil volte a crescer de forma sustentável e não apenas como voo de galinha; e dois, talvez, na linha da UNICAMP, que entendem que não há necessidade. Não estou dizendo que todos da UNICAMP entendem assim, mas alguns entendem.

Então, eu pediria que tivéssemos uma sessão grande não para discutir detalhes da Previdência, mas para discutir de que forma a Previdência fará com que o Brasil volte a crescer.

Ontem, o Presidente Michel Temer deixou algo claro na nossa reunião. É óbvio que essa reforma da Previdência trará benefícios para o atual Governo, porque as expectativas melhoram, e a economia melhora com expectativas. A economia é muito relacionada com a expectativa, com o efeito cognitivo. Mas se



trata de uma reforma de Estado. Eu não sei quem vai governar o Brasil a partir de janeiro de 2019. Quem for governar o Brasil a partir de janeiro de 2019 vai governar um país com uma saúde melhor, que estará preparado para uma nova jornada, que estará preparado para voltar a crescer, que estará preparado para ser a 7ª ou 8ª economia do mundo, que estará preparado para fazer crescer o número de empregos, que estará preparado para tornar a sua juventude mais feliz.

Uma Deputada da Oposição declarou que é um problema geracional. E é mesmo! Isso está muito claro. O que está acontecendo no Brasil hoje é que nós estamos equivocadamente prejudicando a educação, a saúde, o presente e o futuro do País, para beneficiar pessoas que poderiam estar trabalhando. Eu falo à vontade. Tenho 69 anos — 69 anos! — e ainda estou em condições de discutir com figuras jovens, como o Deputado Gussi, que é um jovem intelectual brilhante. Consigo discutir com os meus amigos do PT, que são todos brilhantes.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Esclarece se é 69 ou 79, Aleluia. Ficou uma dúvida aqui.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Não. Esses dez eu deixo de quebra. (*Riso.*) Consigo discutir com esta fera ao meu lado, que é competente.

Portanto, é necessário ver que o Brasil tem que usar as pessoas experientes. Um professor universitário, na minha idade, não tem por que se aposentar! Ele não tem por que ter compulsória! É por isso que defendi tanto que a compulsória passasse para 75 anos.

E até, Sr. Presidente, estou preparando uma emenda para que a compulsória tenha uma vinculação com a aposentadoria voluntária. Se na emenda proposta a aposentadoria voluntária avança 1 ano ao avançar a expectativa de vida, não há por que não avançar também na compulsória. Hoje, está se propondo 10 anos, ou seja, idade mínima de 65 anos e compulsória aos 75 anos. Se a idade mínima passar para 66 anos, a compulsória passa para 76 anos. Com isso, nós poderemos manter pessoas na cátedra, poderemos manter juízes e procuradores.

Portanto, Sr. Presidente, a minha proposta básica é fazermos uma sessão com a presença de economistas dos dois lados.

Como essa reforma impacta o Brasil? Não quero o Governo, não quero aqui o Ministro da Fazenda — é claro que eu estou alinhado com as ideias dele —, mas eu



quero academia falando de um lado e academia falando de outro, se a Oposição concordar.

No mais, o plano de trabalho está bom. Acho que devemos procurar sempre equilibrar. Quatro é um número bom. Colocar mais de quatro expositores na Mesa é até ruim para quem vem. O sujeito vem de lá da Cochinchina, mas, quando chega aqui, não consegue expor ou debater as suas ideias.

Portanto, quero parabenizar o Relator pela firmeza. Tenho todo o orgulho de tê-lo como companheiro da bancada da Bahia.

Nós temos aqui nesta Comissão a possibilidade de discutir o assunto de forma que os brasileiros entendam. Sou um crítico ferrenho às corporações que estão montadas no poder e se usufruindo dele. Como dizia um dos fundadores da nação americana, alguns funcionários públicos, quando são nomeados, passam a admitir que eles são o objetivo principal do Estado brasileiro. Não é esse o objetivo principal.

Portanto, ANFIP, tome juízo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Passo a palavra ao próximo inscrito, o Deputado Mauro Pereira, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, Deputado Carlos Marun, colegas Deputados, Relator, Deputado Arthur Maia.

Eu gostaria de deixar bem claro, como membro desta Comissão, que esta reforma da Previdência está sendo colocada para apreciação desta Casa, e temos que levar em consideração que os movimentos feitos pelo Presidente Michel Temer e pela sua equipe, liderada pelo Ministro Henrique Meirelles, têm que ser aplaudidos. Nos últimos 8 meses, com os projetos que nós aprovamos aqui nesta Casa, conseguimos, sim, recuperar parte da credibilidade. Tanto é que a inflação vem caindo, o juro vem caindo.

Hoje mesmo o COPOM — Comitê de Política Monetária vai se reunir. Não sei o que vai acontecer, mas existe previsão de redução maior de juros. Tudo isso é resultado do trabalho feito por nós Deputados, pela Presidência, pelo Congresso, em especial, pelos Deputados da Base do Governo. Então, nós estamos no caminho correto.



Falando de caminho correto, eu vejo aqui os nossos colegas, servidores públicos das mais importantes categorias do serviço público federal. No ano passado, nós procuramos fazer justiça a categorias cujos salários não eram reajustados há 9 anos. Nós conseguimos fazer com que o Presidente Michel Temer cumprisse acordos, e foram feitos reajustes de salários.

Este é um Governo sério. Essa seriedade do Governo, logicamente, tem que se refletir internamente e fora do País.

A reforma da Previdência vai proporcionar, sim, um debate amplo, que nós vamos fazer.

Quero parabenizar o Deputado Arthur Maia, pela maneira como está fazendo o planejamento dos trabalhos.

Não tenho dúvida nenhuma, nós vamos debater com a sociedade. Eu mesmo serei um dos Deputados que vai debater muito. Há mais de 10 anos caminho na Avenida Júlio de Castilhos, em Caxias do Sul, aos sábados, conversando com as pessoas. Não importa o clima e não importa o tamanho da dificuldade, mas eu converso com as pessoas para que nós, nesta Casa, possamos ter uma votação justa.

O que é o mais justo? O mais justo é ter a garantia de que os aposentados e aqueles que irão se aposentar receberão os seus salários. Não podemos permitir o que aconteceu no Rio Grande do Sul nos últimos anos, em especial no último ano do Governador Tarso Genro: uma administração horrível, que deixou um débito de 6 bilhões de reais, que fez com que hoje se tenha que parcelar o salário dos servidores públicos em até 9 vezes por ano. Isso não pode acontecer. Se nós não tivermos responsabilidade com o nosso País, em breve poderá acontecer o mesmo.

E o pior: se nós não fizermos as reformas, os investidores poderão não investir mais no Brasil. Investidor nenhum vai querer investir em país que vai quebrar. Eles querem investir em país que tenha solidez.

É lógico, no debate com o Presidente Carlos Marun e o Deputado Arthur Maia, nós vamos, sim, chegar a um consenso e apresentar uma proposta que seja boa para o Brasil, que seja boa para os aposentados e aqueles que irão se aposentar.

Eu gostaria de fazer uma sugestão, Presidente Marun e Relator Arthur Maia.



Esta Comissão é de extrema importância, e todo o País está de olho nesta Comissão. Depois de aprovado o nosso plano de trabalho, eu gostaria que ele fosse levado ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, para mostrar a forma como está sendo conduzida esta Comissão. Caso eles queiram, podem mandar alguém para acompanhar aqui os trabalhos. Infelizmente, é normal o pessoal levar para o Supremo. Então, é muito importante que o Supremo esteja a par do nosso plano de trabalho e de como está sendo conduzido. Isso mostra que queremos mais transparência e não queremos fazer nada que não seja lícito e 100% correto.

Essa é a minha observação, Presidente Marun. Seria muito importante que pudéssemos fazer o nosso trabalho sem que, amanhã ou depois, fôssemos surpreendidos por alguma maldade. Então, sugiro isso, para dar maior transparência ao nosso trabalho.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Concedo a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Enquanto os outros companheiros estão falando, eu queria trazer aqui o que me parece um acordo entre o Governo e a Oposição, para que pudéssemos formular aqui um plano de trabalho que atendesse às expectativas comuns. É claro que sabemos que, nesta Casa — há uma frase que aprendi quando cheguei aqui —, o ótimo é inimigo do bom. Se quisermos fazer tudo da forma ótima que cada um imagina, obviamente jamais conseguiremos o bom, que seria próximo daquilo que desejamos.

Então, vejam bem, existem algumas propostas de subdivisão de temas. A primeira foi trazida pelo ilustre Deputado Pepe Vargas.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu só queria fazer uma observação. V.Exa. me permite, Deputado Arthur?

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Para que V.Exa. fizesse uma síntese, talvez fosse preferível que se seguisse a lista dos que estão inscritos, porque ainda existem outras sugestões.



O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu acho que o Relator já pode colocar uma proposta inicial das conclusões a que chegou até agora.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Até porque, Deputado Ivan Valente...

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Sr. Presidente, sugiro que o Relator apresente suas colocações rapidamente, até pela questão de tempo.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Muito rapidamente.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Na sequência, não abre o debate sobre as suas colocações, mas segue as inscrições.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Até para poder aperfeiçoar, é claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Vejam bem, seria para acrescentarmos, e isso seria um esforço que estamos fazendo para chegarmos a um acordo.

Eu propus, inicialmente, nove audiências públicas, incluindo um seminário internacional. Já absorvi mais uma desde a semana passada, que foi essa proposta trazida pelo Deputado Ivan e pela Deputada Jandira.

Então, qual seria a nossa ideia para que pudéssemos construir o acordo?

Fariamos essa divisão que propuseram o Deputado Pepe Vargas, o Deputado Molon e o Deputado Chinaglia. Dividiríamos o item 7, que foi proposto por nós, que trata das finanças, em também outro item. Além desse das finanças, haveria um item que trataria de regras de previsão atuarial para a Previdência Social.

Essa seria uma mudança, em mais uma audiência pública.

Haveria mais outra audiência pública que contemplaria uma questão que foi trazida também por outros Parlamentares. A Deputada Luizianne e outros Deputados trouxeram esse assunto aqui. Dividiríamos em atividade de risco e professores. Um envolve os policiais especificamente, as polícias; e o outro, a questão dos professores.



Nesse caso, Deputada, também não daria para abrir mais uma audiência para a juventude. Os professores discutiriam a juventude, mas estamos dentro de uma contemplação do que aqui é trazido pela inteligência de V.Exa.

Teríamos uma terceira divisão. Nós manteríamos a questão das mulheres com as características próprias que o assunto encerra, mas aprofundaríamos a questão sobre o Regime Próprio de Previdência Social, e, no Regime Próprio, trataríamos da pensão por morte. Assim nós estaríamos fazendo uma divisão que me parece razoável.

Haveria, portanto, mais três audiências públicas, sem prejuízo de reuniões de trabalho. É claro que isso não pode ser votado aqui porque não consta no Regimento, mas é sem prejuízo de este Relator e os Deputados que assim desejarem terem reuniões de trabalho — não seriam em audiências públicas — para ouvir aqueles que nós julgamos importantes, até para confrontar opinião. Pode haver uma pessoa que o Deputado Arlindo Chinaglia conhece que considera muito importante de ser ouvida, e pode haver outra pessoa que o Deputado Marun conhece e tem uma opinião antagônica. Não há dificuldade de sentarmos com os dois e, fora de reunião, tentarmos avançar, para formular um juízo de valor.

Esse seria o entendimento: fazer mais três sessões.

Nós teríamos também que fazer pelo menos uma exceção, mesmo que tenhamos que crescer um pouco mais o prazo. Mas, nesse minha lógica, eu falei que traria o nosso relatório entre 16 e 20 de março. Com três audiências públicas, naturalmente isso não será possível. Teremos que aumentar o prazo em pelo menos 1 semana. E, ampliando em 1 semana, teríamos que fazer também, pelo menos em uma das semanas, uma programação que encerrasse pelo menos três audiências públicas em uma das semanas que teremos daqui até lá.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Relator, tenho uma dúvida. Salvo engano, V.Exa. disse na verdade quatro. Vamos contar: uma...

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Presidente, e as inscrições?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Desculpe-me, eu não sabia que havia Deputado inscrito. Eu aguardo então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Só para esclarecimento: seriam três audiências públicas a mais?



O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Mas ele mencionou quatro. Uma é a que trata do atuarial.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Eu disse que acrescentei quatro, porque eu tinha proposto inicialmente nove, e aí acrescentamos a da mulher, a dos...

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Não, não. Agora há pouco V.Exa. disse “separar déficit de atuarial”, uma; professor, duas...

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Professor e risco, duas.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Ah, professor e risco seriam abordados numa só?

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Não, em duas audiências.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Então são três. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Uma fica mantida. Separaríamos...

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Não, não. V.Exa. está dividindo em duas...

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Naquela audiência que trata de risco e saúde, são três temas, não é isso? Um deles trata de risco...

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Sim, nós dividimos em... V.Exa. propôs três.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Três.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Eu estou propondo duas.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Não, tudo bem. Eu só queria entender. Então, a que trata de risco fica com a questão do dano à saúde?

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Dano à saúde...

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Periculosidade e insalubridade?

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Isso. Periculosidade e insalubridade.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Entendi. Eu tinha entendido errado.



O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - E a outra, de professores. Então seriam mais três audiências públicas, para nós fazermos aqui uma votação por acordo sobre o plano de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Foi simplesmente um pedido de esclarecimento. Não chegou a ser um debate.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Isso, foi só uma dúvida, e simples.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu inclusive entendo que isso auxiliou a todos nós no sentido de mantermos a nossa posição.

Eu agora vou fazer uma chamada ao meio-dia, como havia combinado, e darei sequência ao debate com os presentes.

Deputado Rubens Otoni. Presente.

Deputado Major Olimpio. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Lelo Coimbra. Presente.

Deputado Edmilson Rodrigues. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Cabo Sabino. Presente.

Deputado Assis do Couto. Presente.

Deputada Luizianne Lins. Já falou.

Deputado Evandro Gussi. Presente.

Deputado Ivan Valente. Presente.

Deputado Julio Lopes. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Darcísio Perondi. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Mandetta. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Reinhold Stephanes. Presente.

Ficam mantidas as questões de Liderança, mas a chamada por inscrição de ex-Deputados fica para o final, se comparecerem e houver tempo. Queremos encerrar esta reunião até as 12h45min, por aí.

Vamos em frente.

O próximo inscrito é o Deputado Rubens Otoni.

O SR. DEPUTADO RUBENS OTONI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Um momento, um momento! Como falaram dois Deputados, chamaremos um Líder. V.Exa. vem na sequência.



Será mantida sempre a ordem que estabelecemos desde o início dos trabalhos aqui na sessão.

O próximo Líder é o Deputado Thiago Peixoto. *(Pausa.)* Ausente...

O SR. DEPUTADO THIAGO PEIXOTO - Estou aqui presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Desculpe-me, eu não o tinha visto.

O SR. DEPUTADO THIAGO PEIXOTO - Vou pedir para passar o tempo de Líder *(ininteligível)*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não, isso tem que ser por delegação...

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Deputado Carlos Marun...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Quem me chama?

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Eu, o Deputado Lelo Coimbra. V.Exa. havia dito que eu seria o próximo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. é o quinto e, portanto, é o próximo, na ausência do Deputado Thiago Peixoto.

V.Exa., Deputado Thiago, abriu mão desse tempo. No momento da chamada, V.Exa. não estava presente e então perdeu a vez. Positivo? *(Pausa.)* Muito obrigado.

O próximo Líder, então, é o Deputado Lelo Coimbra, do PMDB, que pode somar ao tempo de Líder o seu tempo de fala.

V.Exa. teria então 14 longos minutos.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Não os usarei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Presidente, em primeiro lugar, eu queria fazer o registro na Comissão de que o jornal *Valor* traz, em sua manchete, a informação de que o PMDB liberará os seus membros para a votação do tema da Previdência. Essa afirmação não é verdadeira.

Acabo de conversar com o Ministro Moreira, a quem está atribuída essa informação revelada na matéria. Ele disse que não fez essa afirmação. O que foi perguntado a ele é se o partido fecharia questão, regimentalmente, estatutariamente, quanto ao tema. Ele entende, como eu e todos nós, que esse é



um tema para ser trabalhado no convencimento, no debate, na articulação política, não só no partido como também na base do Governo, e, se possível, com um conjunto majoritário, além da base do Governo.

O PMDB, partido do Presidente, tem uma responsabilidade importantíssima de protagonismo neste processo, e não será o PMDB que dará quaisquer passos que possam fragilizar as convicções que nos levam a trazer aqui o tema da reforma da Previdência.

Esse é um assunto importante, e o Ministro estará inclusive refazendo essa informação, solicitando a interpretação, de fato, daquilo que ele disse, ou seja, que o debate deve se dar no convencimento, com a responsabilidade necessária do PMDB quanto a esse tema — não só do PMDB, especialmente dele, mas também do conjunto da base —, e, se possível, ampliando as referências, com os outros partidos e Parlamentares.

O segundo ponto. Hoje tivemos uma importante reunião da Frente Parlamentar do Cooperativismo. Como membros desta Comissão, estivemos lá eu e o Deputado Alceu Moreira. O Presidente da OCB — Organização das Cooperativas Brasileiras nos informou da movimentação e do compromisso do sistema cooperativo brasileiro com o tema da reforma previdenciária.

Eu acho isso importante. Nós temos que ter a ampliação, ao máximo possível, na relação com a sociedade nos diversos níveis. Uma manifestação como essa, vinda do próprio segmento, é uma compreensão da importância desse tema, especialmente desse segmento que representa o produtor rural de maneira relevantíssima — não só rural, mas com uma densidade rural importante.

Esse é um dos temas que nós precisamos trabalhar aqui, dentre outros, e que tem nos chegado como um tema especial: a previdência do trabalhador, do produtor rural.

Portanto, achei esse fato muito relevante e quero registrá-lo aqui neste momento.

Por fim, parabênzo o Relator. As manifestações que foram feitas aqui de todos os Deputados trouxeram uma contribuição muito importante. Elas mostraram os temas que devem ser pinçados como relevantes. Eu acho isso importante não só por trazê-los seletivamente, mas também porque, ao trazê-los, vem junto a isso a



compreensão de que a reforma é necessária, de que a reforma, ao ser feita, deve internalizar, aprofundar e fazer uma bela imersão nos temas específicos de cada segmento, aos quais a reforma da Previdência irá — atingir não é a melhor palavra — envolver — acho que é a melhor palavra. Não só as contribuições como a motivação que as traz são muito importantes neste momento para que nós a consolidemos. E o Relator, que na segunda reunião nos apresentou um relatório sumário, traz um segundo plano de trabalho mais ampliado, compreendendo e internalizando neste momento da reunião essas manifestações e as preocupações de maneira muito competente.

Eu gostaria que saíssemos daqui e, se tiver que se fazer algum ajuste após esta reunião, ou mesmo ao final dela, eu não tenho dúvida de que o Relator o fará com competência, para bem representar o ambiente que se encontra aqui de ação e de contraditórios presentes nesta Comissão e neste debate.

Para concluir, Sr. Presidente, pessoalmente eu queria me somar à manifestação feita pelo Deputado Aleluia. Eu entendo que o nosso marco inicial, até para fortalecer as contribuições que todos deram, e têm dado especialmente nesta sessão, seja um divisor de águas desse tema: déficit ou não déficit? reforma ou não reforma? Acho que a proposta da audiência com as três instituições — ANFIP, TCU e Planejamento — é fundamental como um marco importante, mesmo que depois venham outras contribuições em relação a esse tema, porque vamos fazer um processo de qualificação desse tema à luz dos números, à luz das realidades, à luz dos contraditórios que cada segmento presente nessa proposição tem para esse momento. Eu acho isso de fundamental importância, porque, a partir daí, nós não vamos mais discutir. Pelo menos, não será o nosso foco reforma *versus* não reforma, mas, sim, como fazê-la bem, com competência, à luz da realidade atual, considerando o passado, prevendo o futuro, mas, à luz do interesse coletivo da sociedade, seja nos segmentos específicos, seja no conjunto da sociedade. Pois o que nos importa é tê-la de maneira amplamente reconhecida como uma ação que o Parlamento assume, que o Governo assume e que o conjunto da sociedade compreende. E, com ela, juntos haveremos de fazer a reforma de que precisamos.

Essa é a minha contribuição, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Obrigado, Deputado Lelo Coimbra.

Passo a palavra ao próximo Deputado inscrito, o Deputado Rubens Otoni.

O SR. DEPUTADO RUBENS OTONI - Sr. Presidente Carlos Marun, ilustre Relator Arthur Maia, em primeiro lugar, parablenzo-os pela condução e pelo esforço feito. Certamente não é fácil chegar a uma sistemática de trabalho onde possamos render tudo aquilo que somos chamados a render em uma Comissão importante como esta. Esse é o testemunho do esforço que está sendo feito. E nós queremos avançar contribuindo também para que esta Comissão apresente, não apenas à Casa, mas também à sociedade brasileira, um resultado à altura dos desafios que nós temos pela frente.

Nesse sentido, certamente esse esforço para garantir que esta Comissão ouça os mais diferentes segmentos da sociedade, que ouça evidentemente a proposta do Governo e aqueles que fazem a defesa dessa proposta, mas também a Academia, as lideranças sindicais e os diversos setores interessados no tema é fundamental. Mais do que isso, Sr. Relator, vejo o esforço de V.Exa. no sentido de abrir o leque para que este debate aconteça aqui na Câmara e, eventualmente, extracâmara, a fim de garantir a realização de seminários e audiências públicas. Às vezes, não há possibilidade de atender a todas as expectativas, mas o mínimo necessário para que possamos, também fora da Câmara, fazer esse debate e facilitar o acesso das lideranças da sociedade a essa discussão.

No que diz respeito ao conteúdo do debate, parece-me que a preocupação levantada aqui pelo Deputado Lelo Coimbra, e anteriormente pelo Deputado José Carlos Aleluia, não é necessariamente o que nós estamos vendo aqui no debate. E não vejo que essa divergência deva ser colocada em debate aqui na Comissão nem no plenário desta Casa. Nós não estamos discutindo em nenhum momento a questão de fazer ou não fazer reforma, ou a sua necessidade. A questão é saber também discutir de que reforma o Brasil precisa neste instante. É preciso resgatar o sentido da nossa Constituição, a Constituição Cidadã, que prevê não só a Previdência, mas também um sistema de Seguridade Social, que assegura os direitos relativos à previdência, à assistência social e à saúde, e tudo isso com o objetivo maior de garantir a diminuição da desigualdade, a justiça social, a



dignidade, o exercício da cidadania e dar às pessoas o mínimo necessário para que possam viver com dignidade. Esse é o objetivo da nossa Constituição. Mas até hoje — e nós já avançamos nesse sentido — não conseguimos ainda chegar ao seu ideário.

É necessário, ilustre Relator, Deputado Arthur Oliveira Maia, colocar o debate nesse centro. Com essa reforma, nós queremos nos aproximar do ideário previsto pela Constituição, que é o de garantir o resgate da cidadania, ou vamos fazer uma reforma que nos tire desse rumo e nos leve ao aprofundamento da desigualdade social, a uma situação de desastre social, de descontrole social? Eu imagino que nenhum de nós quer isso. Daí a importância deste nosso debate.

Então, quero mostrar a V.Exa. a nossa preocupação de fazer deste debate uma busca do ideário da nossa Constituição. Não basta dizermos e tentarmos justificar aqui que nós temos que fazer ajustes, cortar direitos sociais e retirar o acesso de milhões e milhões de trabalhadores e trabalhadoras à aposentadoria, porque eles correm esse risco, dependendo do que nós aprovamos aqui. Não basta dizer que isso é necessário. Nós precisamos criar as condições para que isso não aconteça. Geração de emprego e renda é fundamental para que a Previdência seja sustentável. Não basta apenas fazer ajustes, arrochar ou cortar aqui ou acolá, mas também criar as condições para que isso não ocorra.

Portanto, Sr. Presidente, ilustre Relator, Deputado Arthur Oliveira Maia, Deputado Carlos Marun, Deputados e Deputadas que fazem parte desta Comissão, o nosso propósito aqui é contribuir para um debate sério, de alto nível, trazendo as informações técnicas necessárias, ouvindo todos os segmentos interessados, todos aqueles diretamente envolvidos, todos aqueles que, de uma forma ou de outra, são impactados por este debate, para chegarmos à melhor conclusão possível e darmos nossa contribuição a esta Casa, principalmente à sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente, ilustre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Cabo Sabino.

O SR. DEPUTADO CABO SABINO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. DEPUTADO CABO SABINO - Vou deixar o Presidente falar com o Relator. Depois, farei uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, a palavra está com o Deputado Cabo Sabino.

Eu estou dificultando aqui, Deputado?

O SR. DEPUTADO CABO SABINO - Só não gosto de ser mal-educado e jamais ia cortar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

O SR. DEPUTADO CABO SABINO - Sras. e Srs. Deputados, Sr. Relator, que terá a responsabilidade de relatar esse projeto trazendo modificações que impactarão definitivamente a vida do povo brasileiro, causa-me preocupação quando um projeto como esse traz, de maneira uniforme, igualdade de previdência para todo o povo brasileiro, quando vivemos num país de desigualdades tremendas.

Note-se que submeter professores, pessoas com deficiência, operadores da segurança pública, trabalhadores de minas, agentes penitenciários e outros profissionais, que, ao longo do tempo, historicamente têm licenças ou aposentadorias especiais, às mesmas regras relativas ao tempo de contribuição previdenciária é esquecer a desigualdade existente no País e a dificuldade dos trabalhadores brasileiros.

Preocupa-me também, na realidade em que vivemos, o fato de o auxílio-reclusão estar entre os benefícios oferecidos pela Previdência Social. A partir de 2015, a Previdência endureceu um pouco mais as regras, mas estabelece as mesmas normas de concessão de benefícios dos pensionistas. O preso, até então, teria direito a esse benefício com qualquer tempo de contribuição. Por que falo do auxílio-reclusão? Não porque eu seja contra, Sr. Relator, apesar de não ser a favor. Mas, porque é injusto. Primeiro, ele não deveria estar dentro da Previdência Social, mas, sim, dentro da Ação Social, porque hoje, no Brasil, qualquer pessoa vai ter que contribuir, no mínimo, por 25 anos para pensar em qualquer tipo de previdência, ainda que ela seja proporcional.

As facções criminosas, no Brasil, criam empresas de fachada para assinar a carteira dos agentes do crime, para que eles paguem contribuição mensal e para que, quando presos por cometerem atos delituosos, tenham a garantia do auxílio-



reclusão. O preso paga o valor de contribuição sobre o salário mínimo, mas, quando a família, o beneficiário, vai tirá-lo, recebe 1.087 reais. Mas o trabalhador que ganha um salário mínimo e que produz para o País, para receber 100%, vai ter que trabalhar 49 anos. O agente do crime só precisa trabalhar 18 meses. Se ele ficar preso 10 anos, ainda que mude para o regime semiaberto, quando ele poderá trabalhar no crime durante o dia e voltar para a unidade prisional à noite, a família vai continuar recebendo.

Quem vai pagar essa conta? Por acaso não serão os trabalhadores que, muitas vezes, acordam de madrugada e retornam tarde da noite para manter suas famílias? Estamos impondo uma carga de 30 ou 35 anos a esses que já contribuíram, propondo que se aumente para 49 anos?

Muita coisa nesse projeto precisa ser modificada. Sinceramente, eu não sou de fugir da luta nem sou de deixar de me posicionar sobre tema nenhum quando sou provocado, mas eu não queria estar no seu lugar, como Relator.

Hoje eu assinei, sem exagero, mais de 50 emendas para dar apoio nesta Casa. A todos os que me pedem eu dou apoio, porque entendo que essa matéria tem que ser discutida ao máximo possível.

Surpreende-me nós já apresentarmos um relatório no dia 16 ou 20 do próximo mês. Por que não fazer discussões, encontros regionais ou audiências públicas em todos os Estados brasileiros? Quantos trabalhadores gostariam de expor sua situação, de enriquecer o debate e o conhecimento desta Casa e não têm oportunidade de vir a Brasília porque não têm sequer oportunidade de passar daquela porta? Por que os requerimentos que nós fizemos pedindo audiências nos nossos Estados não são pautados, não são votados? A quem interessa votar uma reforma da Previdência sem ouvir aqueles que com ela irão contribuir? Previdência não é dádiva, é direito; paga-se para recebê-la.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao próximo Líder inscrito, o Deputado Major Olimpio. *(Pausa.)*

Passo a palavra ao Deputado Evandro Gussi, do PV. V.Exa. tem o tempo de 3 minutos, que podem ser somados ao seu tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO EVANDRO GUSSI - Tentarei não usá-los, Sr. Presidente.



Acho que há dois pontos importantes que deveriam ser abordados. O primeiro deles é que é importante, Sr. Relator, louvando aqui a atitude de V.Exa., absolutamente democrática, aberta, plural, ouvindo e acatando muitas das sugestões, a própria atitude de abrir para o debate um tema que é de exclusiva competência de V.Exa. A apresentação do plano de trabalho não é proposição, não deve, e nem pode, ser submetida a voto e à deliberação, e é uma prerrogativa de V.Exa. Mas, sob a égide de V.Exa. e do grande apelo democrático, ela é importante, traz contribuições, mas que fique claro que é uma deferência de V.Exa., e não uma exigência regimental. O plano de trabalho é prerrogativa de V.Exa., e isso torna ainda mais louvável essa atitude e o debate que nós estamos aqui realizando.

O ponto seguinte é que eu acho que nós deveríamos aqui trabalhar sob duas perspectivas, Sr. Presidente, Sr. Relator. Todo debate parlamentar tem duas dimensões. Uma primeira dimensão é a de natureza ideológica e opinativa, de âmbito próprio, mais específico, que eu chamaria de “debate político”, “debate de opiniões”. E, ao lado disso, as nossas opiniões políticas, econômicas, sociais, e assim por diante, devem estar embasadas em elementos também técnicos, em elementos, diria, mais objetivos, sob o ponto de vista da técnica.

As audiências públicas, que têm o seu valor intrínseco, devem servir para iluminar o máximo possível as opiniões daqueles que são os legítimos detentores do mandato representativo num Estado de Direito, que é democrático.

Eu sempre vou me insurgir contra as pretensões de minimizar o valor e a dignidade dos mandatos representativos, porque, fazendo isso, eu não me estaria desmerecendo. Eu estaria desmerecendo os milhares de cidadãos brasileiros, localizados em São Paulo, que me conferiram o mandato parlamentar. Desprezando o mandato parlamentar, eu estaria desprezando os milhões de representantes que constituíram os mandatos de cada um e de cada uma das excelências que povoam e ocupam os lugares no Parlamento brasileiro.

Portanto, nós não podemos ter a pretensão de substituir o mandato conferido pelo principal elemento da democracia, que é o voto direto, secreto, periódico e universal, por cidadãos que, não obstante o seu imenso valor moral e, quem sabe, intelectual, não passaram pelo duríssimo crivo das urnas em um Estado Democrático. Eu ouço dizerem que precisamos ouvir a sociedade civil, como se não



fosse a sociedade civil a única legítima a eleger Deputados e Senadores em um País democrático.

Sr. Relator, acho que o nosso foco em relação às audiências públicas deveria ser ouvir técnicos, pessoas que, com elementos objetivos, contribuíssem para a iluminação e a depuração de nossas opiniões parlamentares, e trazer aqui pessoas que representem determinados traços corporativistas — e, sejam eles liberais, sejam eles mais socialistas, sejam eles mais conservadores, pouco me importa. Mas as opiniões políticas devem tomar aqueles que para isso receberam a constituição legítima e necessária.

É preocupante quando nós vemos esse movimento no sentido contrário, porque ele não está a desprezar outra coisa a não ser a representação popular, que de fato os nossos mandatos nos conferem. E, Sr. Presidente, aqueles que, no exercício parlamentar, acham que o mandato representativo, constituído pelo voto popular, não é suficiente para a elaboração política do Brasil deveriam inclusive deixar as cadeiras que ocupam e permitir que outros, conscientes da envergadura de tão nobre missão, pudessem o seu lugar ocupar.

Essa reflexão serve — e não pretendia fazê-la tão longa como fiz — para o seguinte: acho que o Relator, primeiramente, deve, como está fazendo em todos os ângulos, assumir para si a prerrogativa que lhe confere o nosso Regimento, que é a de elaborar e nos apresentar um plano de trabalho, o que deve ser feito no máximo hoje. Sou, sinceramente, refratário ao alargamento do nosso prazo para a apresentação do relatório e sua submissão a voto. Acho que dilatarmos sobremaneira as nossas audiências não contribuirá para a iluminação do debate, porque o debate está sendo feito por cada um de nós, no sentido das opiniões, com os cidadãos nas nossas bases. Nós falamos com eles, ouvimos-os e, muitas vezes, humildemente os instruímos sobre temas em que eles não têm condição nem tempo de se debruçarem, como nós, há horas e dias, estamos aqui fazendo, ouvindo técnicos e aqueles expertos no assunto. Então, esse trabalho de dialogar com a sociedade cabe a cada um de nós. Eu o estou fazendo e tenho certeza de que aqui muitos o estão também.

Para isso, nós, sinceramente, não precisaríamos de audiências públicas. A audiência pública que, como Deputado, efetivamente faço é com os cidadãos da



minha base eleitoral, com eles dialogando, ouvindo-os e orientando-os às vezes. As audiências públicas, em minha opinião, deveriam ser mais focadas, com os grandes especialistas, com a inteligência brasileira sobre o tema, na sua natural e desejável divergência de opiniões científicas, mas, com cunho mais científico.

Política aos políticos, e academia aos acadêmicos. É a minha humilde sugestão, Sr. Relator, Sr. Presidente. Peço licença, porque, na sequência, terei de me ausentar, para conseguir fazer frente a outro compromisso, mas continuarei atento aos nossos debates.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Antes de passar a palavra ao próximo inscrito, o Deputado Ivan Valente, vou fazer só uma consideração a respeito do que falou o Deputado Gussi, por 15 a 20 segundos...

Muitas vezes, nós nos esquecemos, ou não nos recordamos, do que nos foi colocado aqui. Nós somos agora 16 Deputados. Provavelmente representemos aqui 1 milhão e meio de votos, o equivalente a 30 Estádios Beira-Rio lotados.

Meu filho reclamava muito por eu viajar em fim de semana. E uma vez eu o levei ao Beira-Rio para assistir ao jogo do Internacional, e estava lotado. Eu disse a ele: *“Filho, o pai, para se eleger, tem que ter dois Beira-Rios deste lotados de gente votando nele para poder vencer uma eleição”*, para ele sentir a dificuldade.

Então, vamos sempre ter consciente que nós representamos aqui, só no voto direto — voto direto! —, 1 milhão e meio de pessoas e que precisaríamos de 30 Estádios Beira-Rio, um do lado do outro, para que todos coubessem num único espaço. Vamos em frente.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

(Não identificado) - Morumbis. Menos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Minha referência é o Beira-Rio.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Deputado Ivan, permita-me 30 segundos antes de V.Exa. começar a falar.

Vejam só. Eu estou preocupado pelo fato de ser 12h35min e por termos uma audiência pública marcada para as 14 horas. Queria fazer um apelo aos companheiros que têm a prerrogativa de usar o tempo de Líder que não o façam,



para que cada um possa falar por 3 minutos e possamos encerrar a reunião para nos preparar para a próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu cometi um erro. *(Pausa.)*

Não, aqui nós seguimos a ordem, Deputado Ronaldo Benedet. O senhor, por favor, aguarde, porque será chamado.

Eu cometi um erro, eu chamei o Deputado Ivan Valente quando, na verdade, o próximo orador inscrito é o Deputado Assis do Couto. Na sequência, falará o Deputado Ivan Valente.

Com a palavra o Deputado Assis do Couto.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Obrigado, Presidente.

Nobre Relator, eu disse a V.Exa. que faria questão que estivesse presente à minha fala, pois queria dialogar justamente sobre esse ponto. Já conversei com V.Exa. e vou repetir aqui publicamente para que fique registrado. Nosso debate, em todas as reuniões de que participamos até agora — e será assim até o final desta Comissão Especial —, sempre vai tocar as questões sociais, aquela parte mais sensível da sociedade, nessa chamada “reforma”. Por isso, eu queria levantar o seguinte argumento: determinados segmentos da sociedade foram interpretados sabiamente pelo Constituinte, em 1988, e foram tratados como segurados especiais ou de forma diferenciada. Depois, em todo o processo regulamentar das leis que há até aqui, construiu-se um sistema de seguridade social e previdência de proteção a esses segmentos especiais ou diferenciados.

Por isso, parece-me que a sétima e a oitava audiências tocam o mesmo item, deixando o BPC — Benefício da Prestação Continuada, que está em outro ponto. São quatro segmentos que precisam ser concebidos, tratados de forma diferenciada e especial, conforme a Constituição de 1988. Primeiramente, os trabalhadores rurais, que constam do art. 195, § 8º, tratados como segurados especiais, por várias razões: pela condição do trabalho, pela questão da segurança alimentar, pela questão do equilíbrio demográfico — falei disso ontem aqui —, no sentido de evitar o desequilíbrio, ou seja, a concentração urbana e de valorizar as pequenas cidades do interior do País. *(Pausa.)*

Relator, com todo carinho e respeito, gostaria de contar também com a sua colaboração, senão eu quero pedir que o meu tempo seja assegurado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O seu tempo fica parado. Aguarde, por favor. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Obrigado. Entendo que isso faça parte do ofício.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Era o Líder do meu partido; eu tenho que ir. O Líder manda.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Entendo perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Retome o tempo.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Retornando, primeiramente, os trabalhadores rurais são um tema importante que merece uma audiência específica — está bem colocado aqui —, mas precisamos colocá-los nesse conceito de segurado especial ou diferenciado.

Outro segmento são os educadores. Quero parabenizá-lo pela sensibilidade. E peço que haja uma audiência pública específica sobre os educadores — conversei com vários membros daqui que pertencem diretamente a essa categoria —, pelas condições de trabalho, pela função estratégica, por tudo aquilo que representa a educação para o País.

O terceiro segmento é a segurança pública. Conversei com o Deputado Major Olímpio e acho que precisamos nos aprofundar nesse tema, que também merece uma audiência pública com esse enfoque.

Por fim, cito o BPC, que são as pessoas com deficiência e os idosos carentes. Este já está programado, inclusive para hoje à tarde. Talvez, poucos Deputados venham fazer o debate.

Mas, quero louvar a iniciativa de todos aqui de realizarmos audiências públicas separadas para os trabalhadores rurais, os educadores e os da segurança pública, para que haja um bom debate, trazendo à Mesa o contraditório — no máximo, dois de cada lado, sendo quatro expositores. Isso já está resolvido e pacificado aqui.

Encerrando meu tempo, quero deixar essa minha observação. Só que eu gostaria que os quatro segmentos fossem tratados nesse conceito de segmentos diferenciados. Que não tratássemos os rurais apenas no debate da regra de transição, de contribuição individual, mas que eles fossem tratados com base nessa



análise, nessa leitura de segmento diferenciado. Talvez, tivéssemos aqui um bloco. Vamos fazer quatro audiências públicas para tratar do bloco das questões sociais, diferenciadas, especiais: para os rurais, os educadores, os da segurança pública e as pessoas com deficiência e idosos carentes.

Por fim, tendo essa compreensão e saindo daqui mais aliviado com a programação das audiências, eu queria dizer que não sou contra a reforma. Muitos aqui fazem o bom debate e são a favor da reforma. Talvez sejam contra a forma e os temas abordados. Em outro momento mais propício vou falar sobre isso. Não estou aqui me posicionando contra a reforma, estou defendendo um conceito de reforma. Isso é diferente. Não vamos dividir este Plenário em quem é a favor e quem é contra.

Era essa a observação que queria fazer. Em momento oportuno vou me aprofundar mais no tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Estão sendo tão harmoniosas as nossas reuniões que conseguimos ouvir manifestações como essa que ouvimos agora do Deputado Assis do Couto.

Vamos em frente. O próximo orador inscrito é o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não vai ser tão harmoniosa, Presidente. *(Risos.)* Para começar, eu queria que o Deputado Evandro Gussi estivesse aqui para ouvir o que vou dizer. Eu acho que este é o primeiro mandato dele. Ele acha que um Deputado é eleito e não tem mais que ouvir ninguém, ou que ele ouve a base passeando pela rua. Eu quero dizer que sou um Deputado de opinião. Não tenho nenhum Prefeito que me elege, não tenho apoio de nenhum Prefeito nem de Vereador. Meu voto é só de opinião. E eu presto atenção e quero ouvir cada eleitor, seja na Internet, seja nas ruas. Eu faço campanha nas ruas e faço mandato nas ruas.

Deputado Arthur Oliveira Maia, V.Exa. tem uma responsabilidade enorme. Esse Evandro acha que não precisa... Já que foi eleito Deputado, vai lá e deposita. Eu acho o contrário. O Deputado está aqui para aprender, até por que ele tem um poder, que é o poder de voltar depois. E para exercer esse poder tem que ter muita responsabilidade.



Eu queria dizer, Deputado Arthur Maia, que não estou entendendo por que — V.Exa. é o Relator e tem um certo poder de incidência sobre isso — nós estamos com tanta pressa com algo que vai atingir mais de cem milhões de pessoas, que vai penalizar o povo brasileiro, a esmagadora maioria do povo brasileiro, em nome do argumento de que depois vai ficar melhor, depois do ajuste fiscal, o que é uma grande mentira.

Eu queria só que tivéssemos cautela... Aliás, o Deputado Rodrigo Maia deu uma longa entrevista ao jornal *Valor Econômico* dizendo que é a favor de dilatar o debate sobre a reforma da Previdência — o Presidente da Casa, o Deputado Rodrigo Maia —, porque ele sabe que vai ter um impacto grande na sociedade, e vamos pagar uma conta enorme se isso for feito com atropelo, no mínimo.

Deputado, V.Exa. está com boa vontade de discutir. Eu entendo. As sugestões que têm partido particularmente da Oposição são no sentido de fazermos o bom debate, como foi essa proposta de dividir a discussão do equilíbrio orçamentário e a questão atuarial. Poderíamos até ter dividido numa terceira questão, o mercado de trabalho, que é outra discussão. É outra discussão. Sinceramente, como V.Exas. estão falando em 2060, nós temos que pensar que 40 anos depois o mercado de trabalho pode ser outro que não o da década de 60 do século passado. Poderíamos ter aposentadorias especiais, algumas foram aceitas por V.Exa., poderíamos discutir a questão da mulher, a pensão por morte. Discutir pensão por morte é o mesmo que discutir a questão da mulher, porque ela é pensionista? Não, são duas coisas diferentes.

Então, eu quero trabalhar particularmente — e o Presidente também — a seguinte questão: o Deputado Arthur Oliveira Maia disse que, talvez, tenhamos que ter mais uma semana, mas qual é o problema de termos mais 20 dias? Eu não vejo problema. Nós estamos tratando de uma questão que envolve cem milhões de pessoas! Para o bom debate é preciso ter a posição do Governo, a posição dos especialistas, a posição dos movimentos populares e sociais e daqueles que tentam representar a sociedade civil.

A sociedade civil vai vir a Brasília. Não adianta adiantar o calendário e achar que a sociedade civil vai chegar atrasada ou que vai ficar lá em cada Estado.



Por exemplo, nós não estamos aceitando no calendário o debate regional, mas, vejam, discutir previdência com o trabalhador rural sem discutir a questão regional é errado. Discutir o impacto da Previdência Social, dos benefícios de prestação continuada e da aposentadoria rural sobre os Municípios, Deputado Arthur Oliveira Maia, sem ouvir Prefeitos... Mas nós não vamos poder ouvir Prefeitos aqui — Concorda? —, mas, sim, num debate regional. Eu vou poder ouvir 2 ou 3 Prefeitos. Em um debate regional, abre-se o debate, e deixamos eles falarem sobre o quanto isso impacta a economia do Município, por exemplo.

V.Exa. está até com boa vontade de dilatar o prazo, mas eu queria sensibilizá-lo para a seguinte questão: nós não temos que marcar uma data, se março, se logo depois do Carnaval, mais uma semana. Não! E se for preciso fazer mais 20 dias ou 1 mês? Existem projetos que ficam parados 20 anos aqui. E não me venham com essa de que a Previdência vai quebrar e nós temos que... A reforma que está sendo feita não é para recuperar a Previdência, porque não vai ter impacto imediato algum, inclusive para este Governo. A Previdência não sofrerá impacto agora. Ela sentirá o impacto no futuro. Então, nós estamos tratando do futuro, falando de 40 anos depois, mas não queremos tratar de 15 ou 20 dias a mais?

Portanto, Sr. Presidente, Sr. Relator, acho que deveríamos acertar nessa questão de determinar uma elasticidade necessária ao enriquecimento do debate, a oitiva da sociedade civil brasileira, porque isso vai ter um preço, e esse preço eu não estou disposto a pagar.

Eu acho que o Deputado Arthur Oliveira Maia, que é o Relator, que tem uma grande responsabilidade nessa questão, bem como o Presidente deveriam estar sensíveis a essa questão. Eu pediria que esse debate não fosse atropelado, como o foi ontem. Se ficarmos 8 horas em debate, não dá para corrermos 20 vezes, 30 vezes ao plenário. Então, vamos acordar com o Presidente que quem estiver na Comissão não vai ter problema de falta, etc., e que vá ao plenário só quem quiser ir, se tiver um assunto seu sendo tratado lá, porque não é possível esse atropelo.

Nós teríamos que ter talvez não três audiências por semana, mas duas, para poder digerir o conteúdo e a densidade dos debates que nós vamos fazer aqui. Então, eu peço que esse prazo seja dilatado além da boa vontade que V.Exa. está



tendo em abarcar a amplitude e a precisão dos debates. Peço a V.Exa. que se sensibilize, Deputado Arthur Oliveira Maia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao Deputado Ronaldo Benedet. Na sequência, o Deputado Julio Lopes falará pela Liderança do Governo, encerrando as contribuições.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, ontem eu estava aqui e observei uma coisa: o mau tratamento que foi dado ao Sr. Rogério Nagamine. Eu queria dizer que essa é uma velha técnica de debate. Quando alguém traz uma prova, traz um documento, uma opinião, traz um dado de uma forma muito forte, o que se faz? Desconstitui-se a pessoa, e ontem trataram de desconstituir a pessoa do Sr. Rogério Nagamine. Eu acho que isso não é legal. Não é bacana virmos aqui desmoralizar pessoas. Eu nunca gostei de ver um ser humano, que pode ser meu adversário, ser humilhado por outro. E eu quero dizer que não me senti bem, que eu não gostei do que aconteceu ontem aqui, e acho que nós não podemos fazer isso com as pessoas só porque alguém traz um dado. Aos Deputados que assim o fizeram, esclareço que eu recebi a informação de que o Sr. Rogério Nagamine foi assessor especial do Carlos Gabas, que foi Ministro da Previdência da Presidenta Dilma.

Vejo o Sr. Rogério Nagamine, na sua formação de origem japonesa, uma pessoa, um técnico de uma honestidade intelectual muito forte. Não sei por que motivo, naquele momento, talvez pelo jeito como fazia com o rosto, os Deputados não gostaram. Ao final, um Deputado pediu desculpas.

E veio outra pessoa aqui, que se apresentou e disse que era contra a Câmara, que a Câmara não era democrática, que não pôde entrar, mas estava aqui debatendo. E disse tudo o que queria, os impropérios, as loucuras, as ofensas, e esta Câmara aceitou.

Eu acho que nós não podemos aqui desconstituir ninguém. O princípio do contraditório deve ser mantido — acho — com equilíbrio, com dois de cada lado, ou um de cada lado, ou três de cada lado, sem haver desequilíbrio. Todos nós estamos aqui com um debate honesto e queremos o melhor para o País, uns pensando de um jeito, outros pensando de outro. Eu quero encontrar a melhor saída para o País,



Sr. Relator, e eu acho que isso só é possível com um debate honesto entre nós, sem usarmos técnicas de debates como essa de desconstituir pessoas quando trazem argumentos muito fortes e muito importantes.

Quero dizer à sociedade brasileira que está nos ouvindo que esta reforma só está vindo severa e forte porque não foi feita há 20 anos. Eu acho que nós temos que nos convencer disso, pois quem vai votar somos nós, pois somos nós quem vai fazê-la. Ela só está sendo feita dessa forma, severa, porque não foi feita há 20 anos, quando era para ter sido feita. Essas são palavras, inclusive, do Deputado Reinhold Stephanes.

E eu queria, Sr. Presidente, depois, no final, antes de V.Exa. proferir seu voto, que ouvíssemos esse nosso colega aqui. Não está programado, mas ele foi 20 anos Ministro da Previdência, ele é autor de vários livros, e nós precisamos ouvir pessoas do nosso meio, que trabalham conosco, que estão aqui com responsabilidade com o País. É muito fácil vir aqui agradecer à torcida. Nós temos que ter responsabilidade com o País, com os nossos filhos, os nossos netos e conosco mesmos e com os momentos atuais que nós vivemos.

Quero dizer que, de forma democrática, estou assinando todas as emendas que me pedem, porque eu acho que nada pode ficar fora do debate. O debate tem que existir. Deputados da Oposição me pedem. Eu tenho, inclusive, uma emenda em relação ao trabalho especial dos mineiros no subsolo, que queriam uma atenção especial, pois há um erro na própria CLT.

Se precisarmos fazer correções, vamos fazer, mas vamos nos respeitar. Se tivermos que desrespeitar alguém, então, que se faça uma análise e não venham mais para cá. Alguém poderia dizer: *“Esse cara é um contumaz mentiroso, irresponsável no que diz”*. Desculpe-me, mas não merece ser convidado para estar aqui. Com quem aceitarmos que venha aqui dar sua opinião, trazer os seus dados, a sua análise, principalmente técnicos, que tenhamos respeito. Na minha convivência humana, não gosto de ver nem de sentir outra pessoa sendo humilhada. Entre nós Deputados, um responde na sua legítima defesa da palavra e o outro responde à altura, mas, quando se trata de um técnico, ele acaba se sentindo humilhado por nós. Então, eu queria pedir isto, para que tenhamos uma boa convivência, civilizada, entre todos nós e aqueles que vêm aqui falar.



Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Antes de passar a palavra ao Deputado Julio Lopes, eu quero dizer que haverá audiência pública hoje. Na próxima semana, considerando que aqui não estaremos na semana do carnaval, eu marcarei três audiências públicas: uma terça, uma quarta e uma quinta, até para compensar esse não trabalho nosso na semana de carnaval. Eu gostaria que os Deputados planejassem os seus retornos aos seus Estados para o final da tarde e início da noite de quinta-feira.

Quero também dizer que, sobre essa questão levantada pelo Deputado Arlindo Chinaglia, no que tange à convocação ou não do TCU, eu tenho dúvida. Acredito que o Relator também o tenha. Então, é possível que a primeira audiência da semana seguinte ao carnaval não seja aquela em que temos programada a participação do TCU. Nós vamos avaliar isso. Foi recebida a consideração que S.Exa. fez, que gerou dúvida a respeito da possibilidade ou não da convocação do TCU — aliás, convite ao TCU —, se não existe ainda uma posição formada do órgão.

Em quarto lugar, eu gostaria também de falar sobre essa questão levantada pelo Deputado Benedet, de desrespeito à Casa por conferencistas. Eu vou me reservar a prerrogativa e a possibilidade de utilizar o parágrafo 3º do art. 256 do Regimento Interno e cassar a palavra — eu gostaria até que os senhores, quando fizerem um convite, avisassem às pessoas que nós não vamos aceitar desrespeito à Casa. Eu não vou aceitar que alguém se sente aqui, sem ter um voto, tenha a oportunidade de ser ouvido por todos e venha dizer que a Casa não é democrática. Defenda os seus argumentos, mas reconheça a posição de que está sentado e participando de um ambiente democrático. O art. 3º traz a nós a prerrogativa até de cassar a palavra de alguém que atue nesse sentido. Não gostaria de fazê-lo, obviamente, mas não abrirei mão de tomar essa atitude, se ela se fizer necessária.

Passo a palavra ao Deputado Julio Lopes, em nome da Liderança do Governo, para sua última intervenção.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez, me honra muito estar aqui, neste debate tão importante para a sociedade brasileira. Quero mais uma vez lembrar que, na minha visão, essa



reforma não se dará sobre 66% dos beneficiários da aposentadoria no Brasil, do regime previdenciário brasileiro.

Portanto, eu quero reiterar que 66% dos assistidos no Brasil e daqueles que têm expectativa de serem assistidos não serão atingidos por essa medida, porque eles estão sob o guarda-chuva do salário mínimo, e o salário mínimo está com a sua integralidade respeitada. Assim, aqueles que completarem 25 anos de trabalho poderão receber o seu salário mínimo também. O que estamos fazendo é preservar o direito dessas pessoas.

Quanto aos outros 44%, que correspondem à elite brasileira ou àqueles que mais podem dentro do Brasil, cabe-nos debater com eles. A alternativa que teríamos seria a criação de novos impostos e taxas, porque, se não equilibrarmos a Previdência pelo lado da despesa, pelo lado da organização, teremos que equilibrar pelo lado da tributação. Então, recriar a CPMF e outros impostos não é desejável e empurraria o Brasil para um novo atraso.

Portanto, Presidente, acredito que essa solução que estamos dando aqui deve ser debatida sem pressa, como o Deputado Ivan Valente colocou, para que possamos fazer com que a sociedade como um todo entenda que aqueles que tenham um prejuízo ou aqueles que se entendam desfavorecidos com essa reforma serão amplamente compensados com um novo ambiente econômico no Brasil, com um ambiente de desenvolvimento, com um ambiente de emprego, com o crescimento econômico que essa reforma proporcionará.

Também não tenho dúvida de que, assim como nos reunimos hoje para estudar essa PEC e dar um parecer aqui nesta Comissão, outros brasileiros com maiores informações do que nós e ainda mais competentes do que nós poderão, nos próximos governos, se reunir, como fazemos hoje, para debater se aqueles atos que aqui fizemos e se as decisões que aqui tomamos foram na correção do rumo da economia brasileira e poderão, então, reformar aquilo que aqui estamos fazendo hoje. O importante é que façamos uma contribuição estrutural, que demos uma contribuição efetiva à reordenação da economia e da sociedade brasileira.

Nesse sentido, Presidente e Relator, eu queria dar uma contribuição. Ontem tivemos a alegria de aprovar um projeto importante para o Brasil, que é a ICN, a Identidade Civil Nacional.



Como todos sabem, o Brasil é um dos poucos países que não têm uma identidade nacional. E, tendo sido aprovada ontem na Câmara e agora tramitando para o Senado, nós teremos uma identidade nacional, que já está inclusive adiantada no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral, por força da Lei Eleitoral.

E nós temos na Previdência um grande problema, que são inúmeros cadastros sem aquilo que é o mais importante: a base da identificação fotográfica, biométrica e biográfica daquele que é assistido.

Então, Relator, eu chamo a atenção de V.Exa. no sentido de que — não só pela aprovação da Lei da ICN ontem, mas sobretudo pelo enorme número de aposentadorias rurais no Brasil, pelo seu crescimento e pela sua desproporção em relação às aposentadorias urbanas no Brasil — nós possamos, como a lei nova já prevê, exigir a identificação fotográfica, biográfica e biométrica de todo brasileiro beneficiário da Previdência Social, o que deverá ser, inclusive, uma das medidas mais urgentes no Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil.

Nesse sentido, quero propor a V.Exa. que, na 6ª audiência pública, nós possamos incluir esse tema. Eu já aponte para o Dr. Marcelo Caetano a importância de fazermos isso, Sr. Presidente, porque, de fato, há muita desorganização, roubo, falta de legitimidade no recebimento de pensões, e isso onera muito o sistema previdenciário. Ter um sistema de identificação em que tenhamos o cidadão inequívoca e univocamente identificado para então assisti-lo é algo que saneará, e muito, a Previdência Social.

Nesse sentido, então, faço aqui oralmente essa emenda, para que, se possível, nosso Relator a acolha. Também faço a proposta de que esse debate se faça com a convocação do Tribunal Superior Eleitoral e do Judiciário, representado pelo Supremo Tribunal Federal, que indicará alguém do CNJ para também participar desse processo, que, a partir de agora, é um processo do Brasil — a identificação civil de todo cidadão brasileiro, principalmente daquele assistido pela Previdência Social.

Não quero me alongar, Sr. Presidente, mas quero, mais uma vez, registrar o desrespeito do Deputado Onyx Lorenzoni, ontem, conosco que estamos fazendo parte desta Comissão. Quero aqui subscrever o que os Deputados do PT afirmaram: nós podemos questionar os números, nós podemos ter dúvidas sobre eles, é



legítimo que nós façamos o questionamento e a interpretação dos números. É absolutamente legítimo que nós queiramos referendar e confirmar os números. Mas qualificar a reforma como mentirosa, qualificar a ação e a palavra de servidores públicos aqui a serviço do Brasil como mentira é grave para o trabalho desta Comissão, é grave para nós Deputados Federais.

Tive a oportunidade de, inclusive, dizer ao Deputado, ontem, em plenário, que ele foi desrespeitoso para comigo, porque, como Deputado Federal, acredito que estou fazendo meu trabalho com base na verdade e porque acredito estar dando uma contribuição ao Brasil.

Eu não estou aqui a soldo de cargos, nem estou a soldo de benesses. Eu estou aqui porque tenho o interesse de dar uma contribuição. E peço a V.Exa. que, mais uma vez, como já se posicionou ontem, converse com o partido daquele Deputado, converse com a Liderança do Governo, converse com todos os demais que compõem esta Comissão, para que tenhamos mais respeito entre nós mesmos e, sobretudo, com aqueles que nós convidamos para aqui debater, porque esta é uma Casa democrática, é uma Casa onde deve imperar o respeito, principalmente entre nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Pela ordem, concedo a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - É apenas para um esclarecimento. V.Exa. disse que, talvez, na próxima terça-feira não realizemos a quinta audiência, como está programado. E nós vamos voltar na quinta-feira; não vamos voltar na terça-feira.

Então pergunto a V.Exa. se haveria uma alteração entre a quinta e a sexta, já desmembrada do Relator, porque na quinta discutiríamos o equilíbrio financeiro, e na sexta seria o cálculo atuarial. Indago de V.Exa., para sabermos os nomes que estamos indicando. Já indicamos para terça-feira e sexta-feira, para a quinta e para a sexta audiências. Eu indiquei para o Relator, conforme um acordo da Minoria, os nomes para a quinta e para a sexta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Nós faremos, se for o caso...

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - A sexta na terça-feira — o que seria a sexta audiência na quinta. É isso?

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Sr. Presidente, eu queria fazer uma ponderação com V.Exa. e com o Deputado José Mentor, que está trazendo também este tema. Eu vi aqui algumas discordâncias em relação ao que buscar no TCU. Trouxe-me essa ponderação, parece-me, o Deputado Chinaglia. O Presidente me ligou e disse que há um estudo. O Deputado, salvo engano, Pepe Vargas perguntou-me se é um acórdão ou se não é.

Então, eu gostaria que até tivéssemos antes uma conversa com o TCU, para saber em que termos ele se posicionará aqui.

Diante dessas dúvidas, eu proponho que nós não realizemos essa audiência já na próxima semana. Se todos concordassem, poderíamos agir dessa forma.

Eu proponho que avancemos na semana posterior à que vem, posterior à de Quarta-Feira de Cinzas, e façamos a primeira reunião sobre o risco, já com a possibilidade de ouvir os policiais militares. Acho que até estaríamos fazendo uma contribuição no sentido de amenizar esse clima que existe hoje nas Polícias no Brasil inteiro — na cidade de V.Exa., o Rio de Janeiro, etc.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - Minha indagação a V.Exa. é: até quando nós podemos indicar nomes para essa audiência?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Até hoje à tarde, para que nós possamos... Entendo que seja a mesma posição do Relator. Não sei se...

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Veja só: os nomes têm que ser aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Falo de nomes já aprovados por meio de requerimentos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - Sr. Presidente, veja só, é exatamente por isso que eu estou ponderando aqui. Imagine que haja dez nomes aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - A Oposição sugere alguns, a Situação sugere outros, o Relator sugere, daqui a pouco eu também ousar propor alguém, e nós limitamos o número a quatro ou cinco, no máximo.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Eu proporia o seguinte...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Faço este compromisso aqui. Quatro é o normal, e cinco é o máximo de contribuições em cada audiência pública.

Fica estabelecido esse compromisso. Eu gostaria de alertar a Mesa a respeito disso.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu queria aproveitar, Sr. Presidente, se o Deputado Mentor já terminou, para dizer que a questão do risco vai além dos policiais. Várias categorias, sob determinadas circunstâncias, se julgam ou nós também entendemos que elas... Eu vou dar um exemplo inquestionável: os mineiros.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Como?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - Insalubridade, não é?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - As pessoas que trabalham em minas, não em Minas Gerais, mas nas minas, no fundo da terra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - Trabalhadores de atividade insalubre.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu queria, então, sugerir que nós, repartindo responsabilidades, seja o Relator, seja quem for sugerir, chamássemos uma pessoa que abordasse o tema do risco de maneira mais ampla, e não apenas deste ou daquele segmento de atividade.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Deputado, permita-me um aparte dentro do seu aparte.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É claro.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Na minha concepção, na minha cabeça...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Vou dar um exemplo: eletricitários.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Na minha cabeça nós temos duas situações diferentes. Uma é a do risco, que, na minha formulação, seria exclusivo das Polícias.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O.k.



O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Até há um debate sobre isso se estender a agentes penitenciários e a outra categoria que agora me faltou. O tema seria o risco das Polícias.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Específico.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Específico.

A questão a que V.Exa. se refere — mineiros, eletricitários...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É do risco à saúde, à vida...

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Seria a questão da periculosidade...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - Insalubridade e periculosidade.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O risco seria o do confronto mesmo.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - É. Risco está ligado a essa questão...

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - Da atividade profissional laboriosa.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Da atividade profissional da polícia. A minha cabeça está nesse sentido.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Está bem equacionado.

Então, a partir daí, a minha sugestão em relação ao tema — agora eu fiquei parcialmente em dúvida — é: se a periculosidade for discutida na mesma audiência, nós teríamos que procurar indicar alguém que fizesse uma abordagem mais ampla.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vão ser discutidos na mesma audiência risco e periculosidade?

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Veja só...

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - Nós separamos a questão do risco da questão dos professores; são duas.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Eu estava pensando no risco dos policiais mesmo, na questão das polícias.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O.k.



O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Em outro momento, poderemos...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Essa audiência se referirá ao risco dos policiais. Ponto.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Isso. Ponto.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - ...sem prejuízo de uma...

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Pronto. Perfeitamente, Deputado Arlindo. Eu acho que é por aí. Se tivermos que trazer... Por exemplo, alguns dizem que teríamos que acrescentar agentes carcerários, e me falta memória agora de qual é a outra categoria que os policiais sugerem.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Faríamos com as pessoas das polícias essa situação.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Relator, peço só um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Estão encerradas as inscrições. Eu vou lhe dar a palavra para uma manifestação a respeito do tema do momento.

Só para destacar, nós temos uma sétima audiência mantida, em que foram separados os professores, a questão do magistério, mas se mantém a condição de profissionais de atividade de risco e prejudicial à saúde. Está preservada uma audiência para isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - Sim. É que são os nomes. Nós estamos discutindo quais são os nomes.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Surge aqui um problema objetivo que eu quero compartilhar com V.Exas., até dentro dessa linha de dividir as responsabilidades.

A audiência trazida pelo meu plano de trabalho dizia o seguinte: aposentadorias com critérios diferenciados, ou seja, as chamadas aposentadorias especiais. Os subtemas seriam: condições de profissionais em atividade de risco — são os policiais —, condições dos profissionais em atividade prejudicial à saúde, que é insalubridade, e condições dos professores. Nós dividimos em duas: o risco e professores. Nós temos que decidir aqui onde colocaremos condições de



profissionais com atividade prejudicial à saúde: junto com professores ou junto com policiais.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - Uma sugestão: o que me parece mais adequado, como nós vimos aqui, é policiais e saúde, e professores, que é um tema mais volumoso e vai ser muito mais polêmico.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Então, pronto. Não há problema.

Aqui para nós, eu acho que a questão do risco não vai nos tomar muito tempo. Como é que eu imagino isso? Não está na PEC. A nossa ideia é trazer para a PEC — ponto. Como vai ser definido o risco, etc., isso não vai ocorrer no âmbito da PEC. O que precisamos é incorporar o conceito de risco como um critério de aposentadoria especial. Mas não vamos ser nós aqui que vamos dizer que tal ou qual vai ter risco. Então, eu acho que teríamos espaço para tratar também da questão da saúde.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu concordo. É boa essa percepção. A minha preocupação, que quero que fique clara ao Sr. Relator, ao Sr. Presidente e a todos os demais Srs. Parlamentares, é que também no plano conceitual muitas vezes se joga para a responsabilidade da Previdência aquilo que não deveria acontecer, ou seja, a pessoa está perdendo a sua saúde para uma aposentadoria eventual, a qual não vai poder usufruir, se sobreviver até lá. Então, esse é um debate conceitual, que não necessariamente na audiência nós vamos resolver, mas ela vai nos ajudar em propostas subsequentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Nós precisamos encerrar, porque temos uma reunião às 2 horas da tarde.

Sim, Sr. Deputado Mauro Pereira!

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Então, ficaria, na próxima reunião, Presidente, só para fechar...

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Deputado Arthur...

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Pois não. Desculpe-me, Deputado Mauro.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Eu saí agora, fui gravar um programa. Na minha opinião, aquela primeira proposição nossa de virem os técnicos



do Tribunal de Contas da União falar sobre os gastos, o déficit — aquela proposta primeira —, é de extrema importância, é um debate de primeira mão.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Ele é.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Um diz uma coisa, outro diz outra: há déficit, não há déficit. Na minha opinião, por mais que o pessoal do Partido dos Trabalhadores ache que o técnico do Tribunal de Contas não está preparado para vir aqui, se nós o ouvirmos, dá para saber se ele está preparado ou não. Mas esse é um tema de extrema importância.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Deputado Mauro, dê-me um aparte.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - É de extrema importância nós debatermos esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Isso está dirimido.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Explique a ele, Presidente, porque ele cita...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Nós não vamos fazer na terça-feira, porque devemos sair daqui com a audiência pública de terça-feira pós-carnaval definida, mas faremos, talvez, na próxima semana ou na outra. O tema é importante, mas nós queremos ainda dirimir essa questão do Tribunal.

Colegas, vamos ser racionais. O princípio da razoabilidade, para mim, é o mais importante de todos. São 13h15min, e teremos que estar aqui às 14 horas. Até 14h30min nós vamos esperar para iniciar a audiência pública.

Eu gostaria de passar a palavra ao Relator e concluir este momento dos nossos trabalhos.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, quero fazer uma proposta, para ajudar a organizar os trabalhos.

Como V.Exa. flexibilizou, com razão, para 14h30min, a minha proposta é: marque a reunião para 14h30min e nesse mesmo horário abra as inscrições, para deixar tudo organizado, senão ficamos divididos.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Estabeleça 14h30min.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Comunico a todos, então, que abriremos as inscrições e começaremos os trabalhos às 14h30min, certo?



O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Muito bem. Obrigado. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Tem a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Para concluir, quero dizer apenas que, na próxima semana, então, traremos um papel com a lista de todas as audiências públicas.

Só para fechar tudo o que foi combinado entre nós, digo que foram subdivididas três audiências públicas — não estou aqui com o papel em que eu fiz a anotação: a primeira é a audiência pública do equilíbrio financeiro, que foi dividida em equilíbrio financeiro e propostas de projeção; a segunda é a do risco e saúde e, do outro lado, dos professores; e a terceira diz respeito à condição da mulher e o Regime Próprio de Previdência, sendo incluída nesse tema a questão das pensões por morte e das aposentadorias por morte. Então é essa a distinção, para não haver dúvidas sobre o que foi aqui combinado.

Muito obrigado a todos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - E quanto à questão da visão global?

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Podemos, então, acrescentar essa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Acho que é fundamental, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Há uma concordância total. Então é acrescentada mais uma audiência pública, solicitada pelo Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Nós queremos mostrar à sociedade a importância da Previdência para o País, não é para a Previdência.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - É o *day after*.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Quando eu falo de PETROBRAS, eu discuto PETROBRAS do ponto de vista da sua importância para o Brasil, assim como o setor elétrico e o Brasil, a Previdência e o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vou encerrar a sessão. Desculpem.



Às 14h30min serão abertas as inscrições. Às 14 horas já começa o registro de presença, as inscrições para audiência pública se darão às 14h30min, e às 14h30min nós iniciaremos os trabalhos.

Está encerrada a reunião.